



SOCHUM

**Terceiro comitê da Assembleia Geral para
Assuntos Sociais, Culturais e Humanitários**

**“Participação cultural e social dos países: o desafio da
inclusão de minorias e da garantia dos direitos
humanos”**

Gabriela Costa de Souza

Maria Fernanda Alves da Silva

Renan Pereira Gomes

Sumário

Carta de apresentação do comitê	3
<u>Questão LGBT+</u>	
1. LGBTfobia	4
1.1 Orientações sexuais	5
1.1.1 Identidades de gênero	5
1.2 LGBTfobia na escola	6
1.3 LGBTfobia no trabalho	8
2. Indeferimento das identidades transexuais pelo Estado	9
3. Combate ao preconceito pela educação sexual	11
<u>Inclusão dos povos indígenas</u>	
1. Preservação da cultura e o etnocídio	12
1.1 Conhecimento sobre os povos	12
1.2 Perda da cultura	12
2. Estereotipação indígena	13
3. Violência contra o indígena	14
3.1 Violência contra o patrimônio	15
3.2 Violência contra a pessoa	15
3.3 Violência provocadas pela omissão de poder público.....	16
3.3.1 Saúde indígena	16
3.3.2 Educação indígena	17
3.3.3 A disseminação de bebidas alcoólicas e drogas	18
3.4 Violência contra povos isolados ou de pouco contato	19
4. Declaração universal dos direitos indígenas	20
<u>Desigualdade de gênero</u>	
1. Autonomia feminina	21
2. Autonomia física	21
2.1 Direitos reprodutivos	21
2.2 Violência contra a mulher	22
3. Autonomia econômica	24
3.1 Escolarização feminina	24
4. Autonomia na tomada de decisões	25
Posicionamento dos participantes	34

Carta de Apresentação do Comitê

O Sochum é o terceiro comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas e se encarrega de tratar de todas as questões sociais, culturais e humanas. Suas reuniões são realizadas em Nova Iorque (EUA) e são presididas, atualmente, pelo diplomata afegão Mahmoud Saikal. Todos os 193 países membros da Assembleia Geral podem participar. Geralmente, por lidar com questões ligadas a direitos humanos e sociais o comitê trabalha junto com o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH) e com Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

As premissas do comitê se encontram em zelar pelo avanço das mulheres, a proteção das crianças e dos povos indígenas, o tratamento dos refugiados, racismo e discriminação, promoção da autodeterminação, direito das pessoas com deficiência, prevenção ao crime, justiça criminal e, principalmente, a garantia dos direitos humanos. Por ser um comitê de caráter recomendatório, os delegados presentes não podem tomar decisões diretas acerca de seus países, mas devem recomendar ações às nações presentes que podem, caso necessário, serem debatidas e até aprovadas em algum outro comitê.

Questão LGBTQ+: A educação em combate ao preconceito e os desafios para a inclusão da diversidade sexual

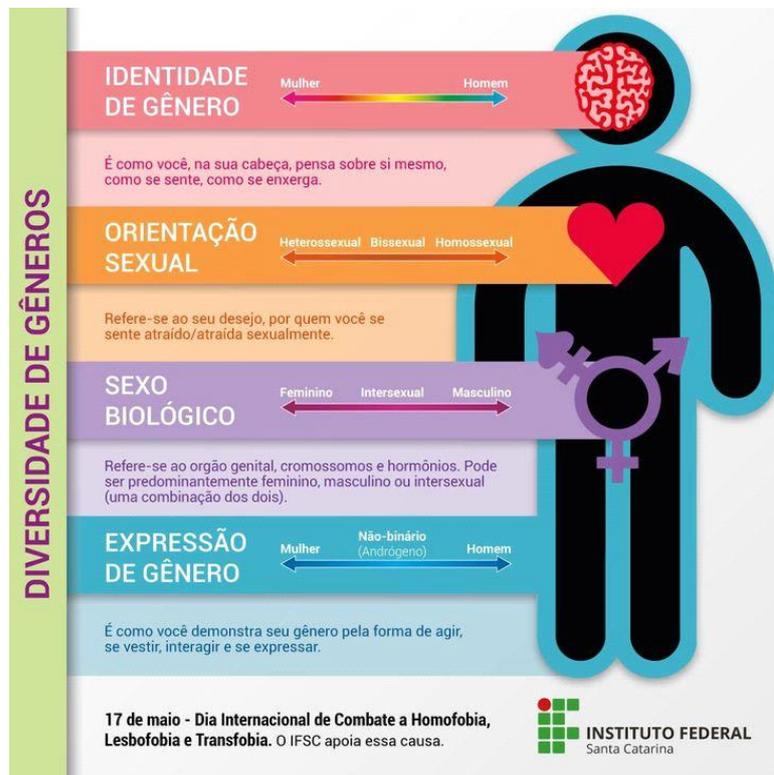
É notório no mundo contemporâneo a ascensão de grupos sociais que antigamente não possuíam muita visibilidade e eram até excluídos socialmente, tais como os negros, as mulheres e destacado neste tópico, os LGBTQs. Os membros dessa população passaram a reivindicar seus direitos e serem reconhecidos a partir de 1960, quando uma onda de revoltas ocorreu no mundo ocidental devido à indignação das pessoas com o conservadorismo e o preconceito quando se tratava da diversidade sexual. Conseqüentemente a comunidade LGBTQ+ adquiriu diversas conquistas que possibilitaram uma vida melhor para essa população. Contudo, o cenário atual para os LGBTQs ainda não é o melhor possível, muitos ainda enfrentam diversos problemas no quesito legal, com a falta de leis que garantem seus direitos e na questão social, sendo alvos do grande preconceito ainda existente que dá origem aos vários casos de LGBTQfobia, assunto que será tratado pelo SOCHUM. Além disso, o comitê colocará em pauta a negligência de governos com as pessoas transexuais e a educação como forma de acabar com o preconceito acerca da diversidade sexual.

1.0 LGBTQfobia

A LGBTQfobia é o preconceito, a violência e a discriminação contra pessoas da comunidade LGBTQ+. Segundo Maria Berenice Dias – presidente da Comissão da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB –, a homofobia (designação popular para a LGBTQfobia) é o “ato ou manifestação de ódio ou rejeição a homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”.

Mas afinal, quem são os LGBTQs e o que essa sigla representa?

LGBTQ+ é a sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Transgêneros e Travestis, grupos que representam questões sobre a orientação sexual e a identidade de gênero. O “+” representa os outros grupos que existem no movimento.



1.1 Orientações sexuais:

Lésbicas (L): as lésbicas são mulheres que sentem atrações sexuais e afetivas por outras mulheres.

Gays (G): os gays são homens que preferem se relacionar sexualmente e afetivamente com outros homens.

Bissexuais (B): pessoas bissexuais são homens ou mulheres que sentem desejos sexuais e afetivos por ambos os gêneros.

1.1.1 Identidades de gênero:

Transgêneros (T): a pessoa transgênero é aquela que não se identifica com o gênero que lhe foi imposto com base no seu sexo de nascença. Socialmente, o gênero é definido de acordo com o sexo biológico da pessoa, se ela for do sexo masculino ela será um homem e se for do sexo feminino será uma mulher. Além do mais a sociedade dita diversas regras específicas para homens e mulheres, o que mostra que o gênero vai muito além do sexo, é uma construção sociocultural de cada sociedade. Porém, uma pessoa pode se identificar com um gênero diferente do que foi assignado para ela no nascimento, pois o gênero não depende do sexo, que é o caso das pessoas transgêneros.

Transexuais (T): as pessoas transexuais são aquelas que se identificam com um gênero oposto ao que foi designado a ela no nascimento. Uma mulher transexual é aquela que ao nascer foi tida como um homem, porém ao decorrer da vida ela se descobre como mulher e passa a se apresentar socialmente com o gênero que se identifica. O homem

transexual é aquele que no nascimento foi designado como mulher, mas com o passar do tempo se descobre e se identifica como um homem.

Travestis (T): o termo travesti é tipicamente latino-americano, e anteriormente trazia consigo um teor pejorativo e preconceituoso. Atualmente a comunidade LGBTQ+ luta para desconstruir esse preconceito e mostrar o real significado da palavra. As travestis são pessoas designadas homens ao nascer que “vivenciam papéis do gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou mulheres, mas sim como um terceiro gênero ou um não gênero”.

Síntese histórica

Desde a idade média eram comuns a intolerância e a perseguição da Igreja contra os indivíduos que não possuíam o gênero e a sexualidade “correta”, que seriam a heterossexualidade e a cisgeneridade. Esse pensamento se estendeu por muito tempo pelo mundo e foi sustentado e expandido pelas correntes religiosas que não aceitavam os atos e demonstrações homossexuais e transexuais. Como consequência dessa concepção, houve na Segunda Guerra Mundial um dos maiores extermínios da população LGBTQ+. Nesse período o governo nazista de Adolf Hitler perseguia os LGBTQs e matava ou colocava esses em campos de concentrações, onde eram tratados de forma desumana.

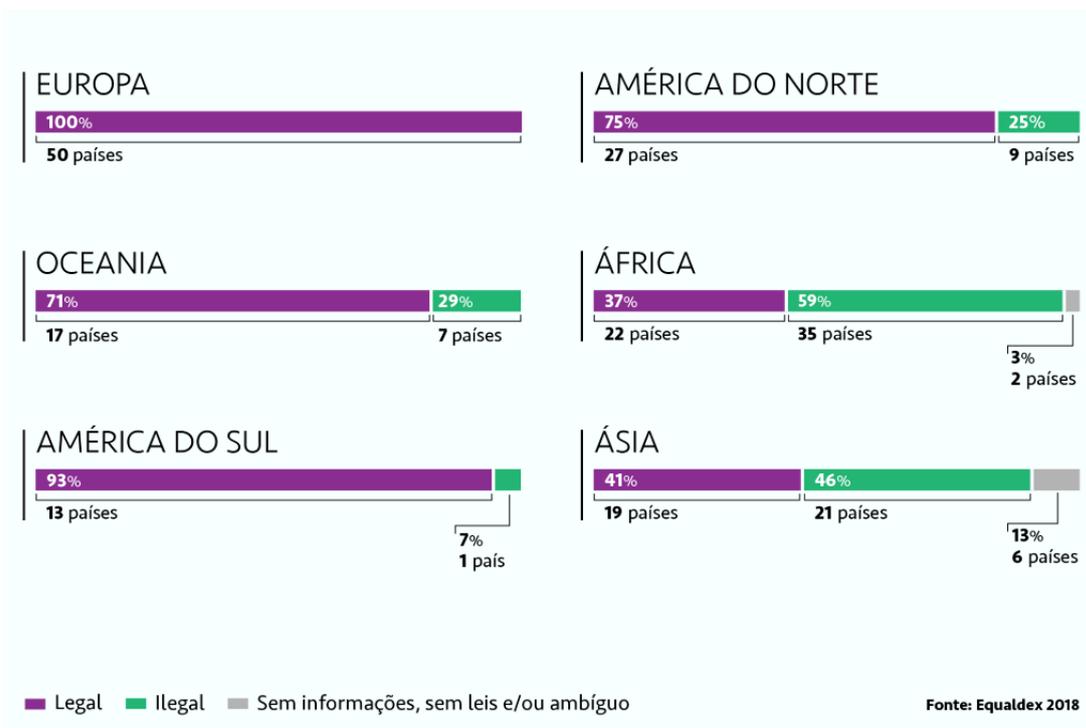
A situação LGBTQ+ melhorou consideravelmente após o episódio de guerra, uma vez que foi criada a Organizações das Nações Unidas (ONU), órgão responsável pela paz mundial e garantia dos direitos humanos, inclusive para a comunidade LGBTQ+, que obteve diversas conquistas pelo mundo inteiro. Porém, os dados de LGBTQfobia atualmente ainda são alarmantes. De acordo com dados da ILGA (Associação Internacional de Gays e Lésbicas), hoje em dia é proibido em 70 países, relações entre pessoas do mesmo sexo, representando 35% dos países integrantes da ONU e cerca de 1/3 do mundo. As penas podem ir de prisões e multas até punições físicas ou a morte. Além disso, há nações que apesar de aceitarem as pessoas LGBTQs e oferecerem amplos direitos, apresentam inúmeros casos de discriminação e preconceito, como é o caso do Brasil, que carrega o título de país que mais mata LGBTQ no mundo.

A LGBTQfobia pode ser causa de diferentes situações que ocorrem com a vítima, como: violência psicológica, física, sexual e institucional; discriminação; negligência; abuso financeiro e econômico; dentre outras violações. Tais crimes podem ocorrer em diferentes esferas de uma sociedade. Família, escola, trabalho, internet, igreja, política, etc., são algumas das esferas sociais na qual a LGBTQfobia está muito presente.

Dados sobre os direitos homossexuais em cada continente, retirados da plataforma colaborativa Equaldex:

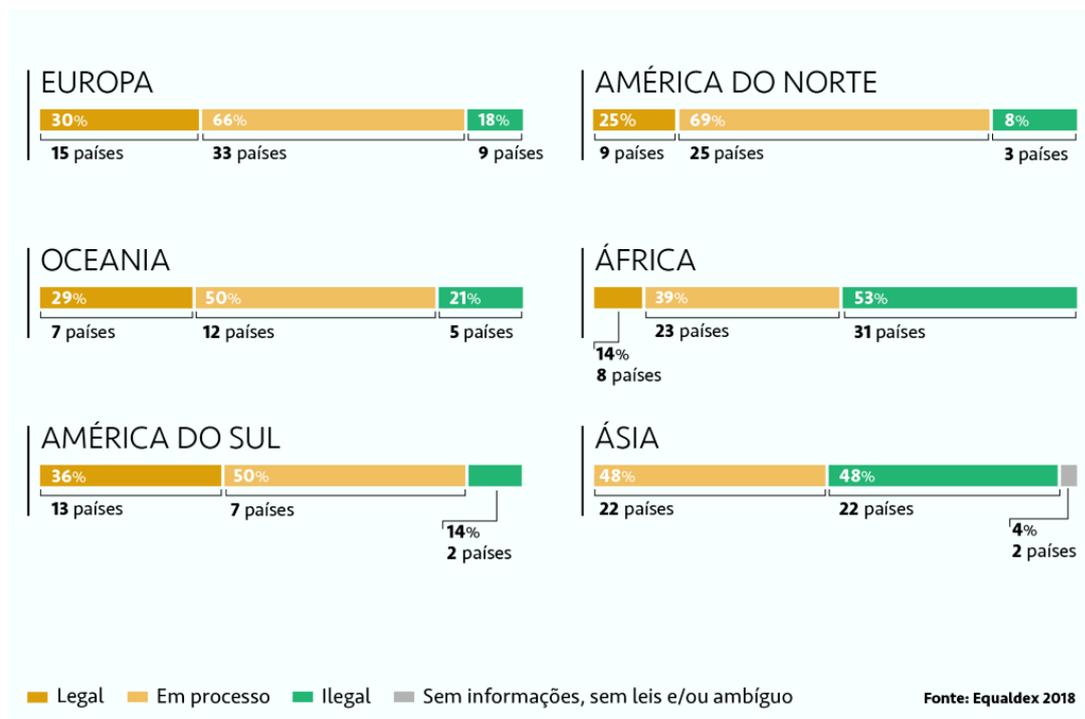
HOMOSSEXUALIDADE

A Guiana é o único país da América do Sul onde ser gay é crime.



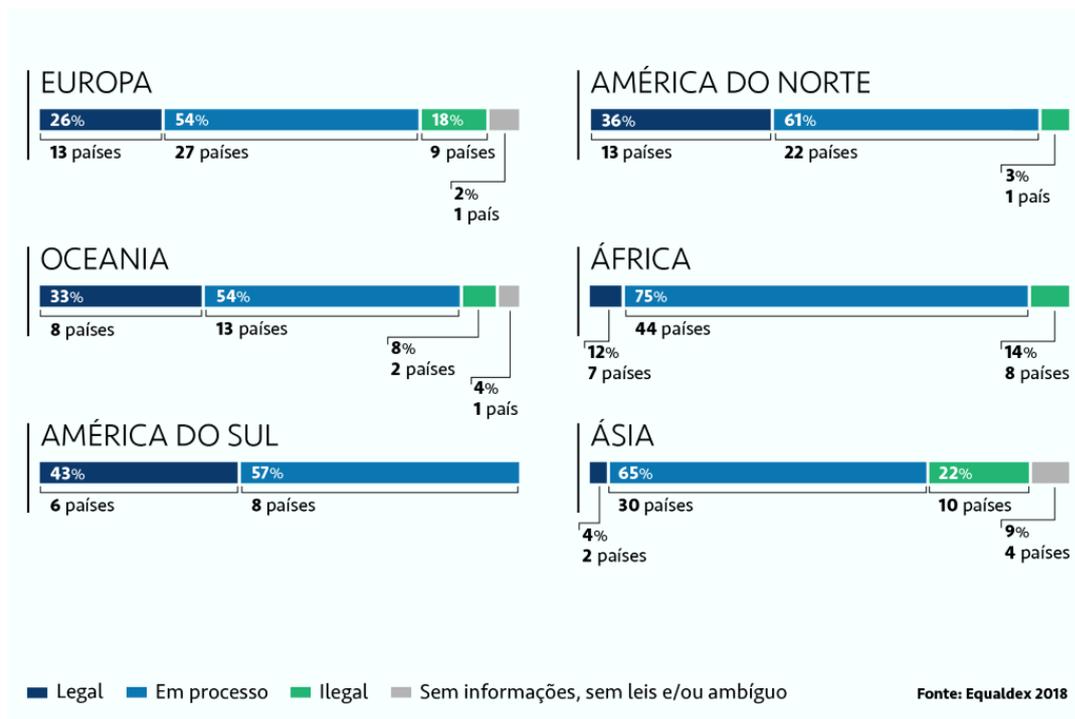
CASAMENTO

No Paraguai, Bolívia, Venezuela e Suriname, o casamento homoafetivo não é reconhecido. Na Guiana e nas Ilhas Malvinas, é ilegal.



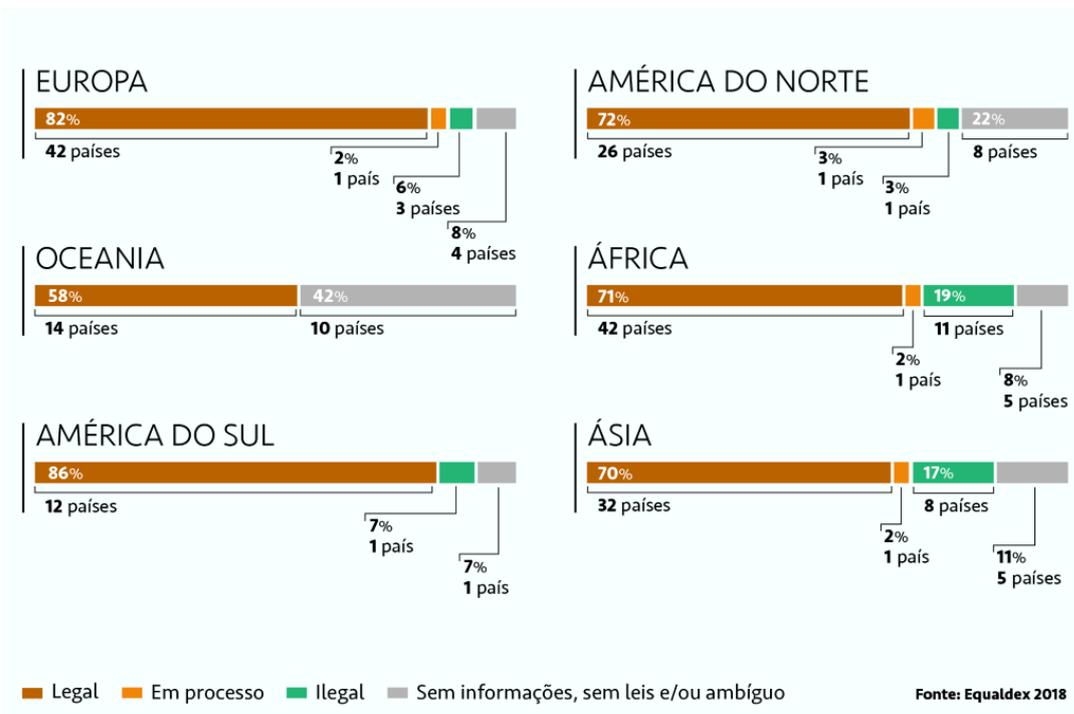
ADOÇÃO

Chile, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Venezuela, Guiana e Suriname só permite que pessoas gays adotem se estiverem solteiras. No restante dos países do sul do continente, casais homossexuais podem ter filhos adotivos.



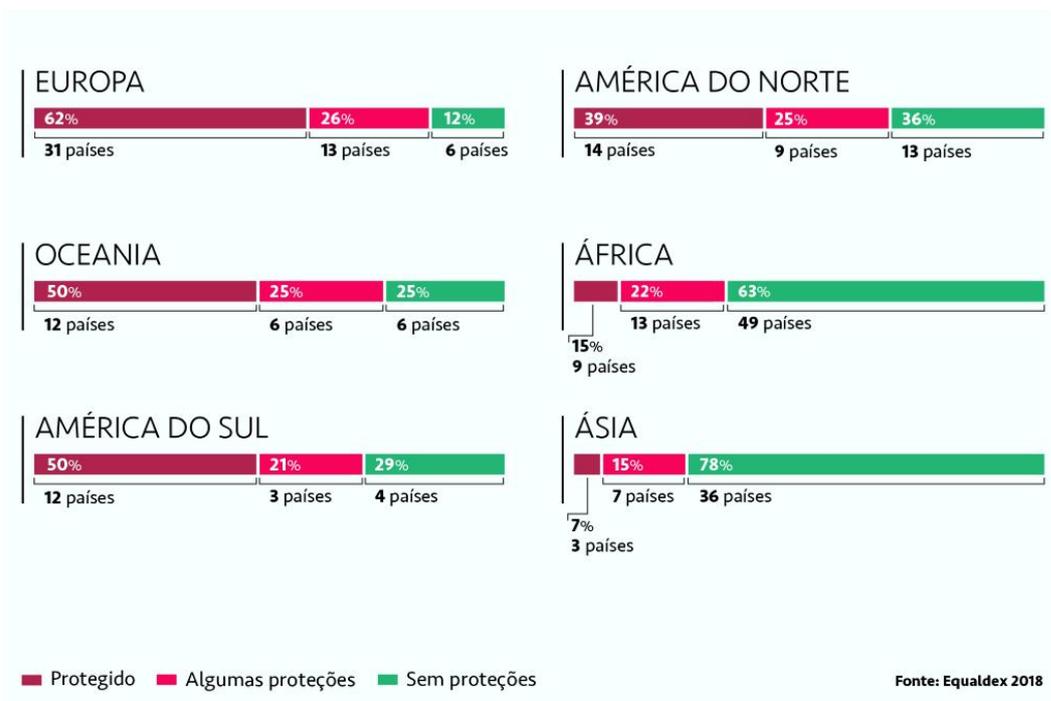
SERVIÇO MILITAR

A Venezuela é a única nação da América do Sul a não permitir que gays prestem serviço militar.



LEIS DE PROTEÇÃO

Paraguai, Peru, Guiana e Suriname são os lugares da América do Sul onde não há leis que protejam os cidadãos contra discriminação pela identidade de gênero ou orientação sexual.



1.2 LGBTfobia na escola

Nota-se nos tempos atuais que em muitos países a ignorância a respeito da diversidade sexual está bastante presente em diversos setores da sociedade. Fruto de uma cultura machista e LGBTfóbica, o preconceito contra a identidade de gênero e a orientação sexual de uma pessoa acaba chegando aos jovens, através principalmente da família, e muitos acabam reproduzindo discursos de ódio contra estudantes LGBTs, ocasionando a LGBTfobia nas escolas.

OCASIONADOR

Durante a juventude, o adolescente ou criança que ainda está em processo de socialização é exposto aos fatos sociais, termo usado pelo sociólogo Émile Durkheim para definir os modos de pensar, sentir e agir de um grupo social. Esses fatos, estudado como “coisas” pela sociologia, embora sejam exteriores, são introjetados pelo indivíduo e exercem de forma coercitiva nele, ou seja, a pessoa se sente obrigada a realizar um determinado comportamento estabelecido. Da mesma forma agem os pensamentos LGBTfóbicos. Os jovens que ainda estão em fase de formação são expostos a ideia de que quaisquer orientações sexuais ou gêneros diferentes da heterossexualidade e da cisgeneridade são errados e passam a considerá-la como verdade absoluta e reproduzi-la nas escolas, às vezes de forma pacífica e velada ou por vezes de maneira hostil e violenta, através de agressões verbais e físicas. A intolerância à diversidade sexual normalmente é encontrada na família conservadora e em algumas religiões.

CONSEQUÊNCIA

Como consequência do preconceito aos estudantes LGBTs, a LGBTfobia é tida como a terceira maior causa para bullying segundo a pesquisa “Bullying e Homofobia: Aproximações Teóricas e Empíricas”. As pessoas LGBTs nas escolas, devido aos abusos que sofrem, se sentem inseguras e chegam a faltar aulas ou até abandonar os estudos. A situação se agrava devido ao fato de que muitas escolas não são preparadas para lidar com esses tipos de caso. Isso porque não possuem o suporte necessário por parte estatal, para contratar profissionais especializados para resolverem casos de LGBTfobia e lecionar acerca da sexualidade humana, ou porque o país onde a escola se encontra é conservador quanto o assunto e não se mobiliza para apoiar e dar suporte a vítima e oferecer aulas de educação sexual para acabar com a intolerância.



1.3 LGBTfobia no trabalho

Assim como na escola, onde a pessoa LGBT se sente desconfortável e insegura devido à discriminação, no trabalho a situação se repete e chega a tomar proporções maiores. Além da grande dificuldade de entrar no mercado de trabalho só por ser membro da comunidade LGBT, quando conseguem, essas pessoas sofrem preconceitos e abusos que a levam a esconder sua sexualidade ou até desistir do emprego.

DESAFIOS PARA ENTRAR NO MERCADO DE TRABALHO

O primeiro desafio de uma pessoa LGBT no mercado de trabalho é, assim como o de todas as outras pessoas, conseguir a empregabilidade. Porém, para a comunidade LGBT essa tarefa é muito mais difícil, devido a discriminação que há no mercado. Muitas empresas de todo o mundo não contratam pessoas LGBTs devido a sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Tomando como exemplo o Brasil, país que mais mata LGBT no mundo, segundo dados levantados pela empresa de recrutamento e seleção Elancer, cerca de 20% das empresas no Brasil não contratam gays, lésbicas, travestis e transexuais em razão da sua orientação sexual e de identidade de gênero. Outros 7% não contratariam homossexuais em nenhuma hipótese e 11% só contratariam se o candidato não ocupasse cargos de níveis superiores. Como consequência, muitos LGBTs, principalmente as pessoas transexuais, acabam não conseguindo a empregabilidade ou são falsamente aceitos em empregos estereotipados pela sociedade como “trabalhos para esse tipo de gente”, como cabelereiro, vendedor de roupa, estilista e na maioria das vezes como atendente de telemarketing, pois é um emprego em que a pessoa não se mostra para o cliente. Porém, quando não conseguem nenhum emprego formal no mercado de trabalho, muitos LGBTs vão parar na prostituição. Como exemplo, segundo Keila Simpson, vice-presidente trans da Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), “hoje, 90% da população trans trabalha na prostituição...”

DIFICULDADES ENFRENTADAS DENTRO DO AMBIENTE DE TRABALHO

Já dentro do ambiente de trabalho, a população LGBT enfrenta diversos desafios que a impede de desempenhar o máximo do profissionalismo em seu local de ofício. Na empresa a discriminação pode ocorrer através do preconceito velado ou assumido. O preconceito velado acontece de forma disfarçada, camuflada, como gestos, olhares e falas em que o preconceito está presente de forma sutil e que a vítima pode perceber e se sentir desconfortável ou não perceber, de maneira que a LGBTfobia continue existindo, porém de forma oculta. Já o preconceito assumido é quando o agressor tem plena consciência de seus atos e discrimina a vítima de forma direta através de falas preconceituosas e discursos de ódio ou até mesmo por meio de violência física. Tal discriminação leva a pessoa LGBT a muitas vezes esconder a sua sexualidade dentro da empresa. Tomando novamente o Brasil como base, segundo uma pesquisa realizada pelo Center for TalentInnovation, 61% dos profissionais brasileiros não assumem a orientação sexual e os outros 49% não a escondem, mas não falam abertamente sobre o assunto no ambiente de trabalho.

Essa ocultação torna-se algo sufocante para o empregador, pois além de ter que esconder sua sexualidade da família e de amigos para manter relações, no trabalho a descoberta de uma possível homossexualidade do trabalhador ou trabalhadora pode levar a demissão, obrigando a pessoa a se mostrar da forma que ela não é.

2.0 Indeferimento das identidades transexuais por parte estatal

Como mostrado anteriormente, a comunidade LGBT tomou força a partir da década de 60, mais especificamente a partir das revoltas de Stonewall em 1969. Stonewall era um bar onde grupos marginalizados da sociedade, como os LGBTs, frequentavam. Dado o dia 28 de junho de 1969, policiais tentaram fechar o estabelecimento, porém os LGBTs que estavam lá, cansados de todo os abusos que eram submetidos, se rebelaram contra os policiais e começaram uma série de revoltas. Tanto que atualmente, o dia 28 de junho é tido como o Dia do Orgulho LGBT.

É importante destacar uma das personagens que deram início à rebelião de Stonewall e desta forma gerou as revoltas no mundo ocidental que trouxeram visibilidade para a população LGBT e todas as conquistas que possuem atualmente. Na madrugada do dia 28, estava na linha de frente junto com outras dragqueens, Marsha P. Johnson, uma ativista pioneira na luta pelos direitos da comunidade LGBT e que era trans, assim como milhares de pessoas são no mundo contemporâneo e que serão tratadas nesse tópico, devido a todos os desafios que enfrentam diariamente.

POR QUE É IMPORTANTE PARA AS PESSOAS TRANSEXUAIS TEREM SUAS IDENTIDADES LEGITIMADAS?

As pessoas transexuais, por não se identificarem com o gênero de nascimento, precisam tomar medidas que possibilitam a sua transformação tanto fisicamente como socialmente. Torna-se sufocante para elas se olharem no espelho e ver algo que não as representa ou serem obrigadas a seguirem certos “padrões de gênero”. Com isso,

essas pessoas começam um processo longo, mas libertador de mudança de gênero, que consiste em tratamentos de saúde e alternâncias no modo de vida. Após a completude da chamada “transformação”, a população transexual necessita mudar seu gênero legalmente, juntamente de seu nome social, para usufruir dos direitos que uma cidadã ou um cidadão teriam. Porém, muitos governos negligenciam tal mudança ou até não disponibilizam essa mudança de gênero, fazendo com que as pessoas transexuais enfrentem muitas situações constrangedoras durante a vida, como por exemplo a dúvida de qual banheiro usar, sabendo que independente de qual for poderá ser vítima de transfobia.

Por isso, é deveras importante para as pessoas transexuais terem sua identidade legitimada, tanto para evitar diversos constrangimentos e atos transfóbicos, quanto para se sentirem realizadas como mulher ou homem e serem tratadas de forma correta socialmente.

A TRANSFOBIA DESDE A INFÂNCIA ATÉ A FASE ADULTA

É fato que as pessoas transexuais enfrentam uma vida muito mais complicada e cheio de desafios que uma pessoa cisgênero. A não identificação de um indivíduo com o gênero que lhe foi imposto ao nascer é um marco que irá mudar sua vida radicalmente comparado a alguém que se identifica com o próprio gênero. Desde a infância até a fase adulta, as pessoas transexuais vivem de forma dolorosa e sofrida, devido ao preconceito e a transfobia que são submetidas na educação, na saúde, no mercado de trabalho, na família e em muitas outras esferas da sociedade.

Logo na infância a criança já enfrenta os primeiros desafios. Em muitos núcleos familiares, a criança desde pequena, dependendo de seu gênero, já é conduzida a diversas regras pelos pais, que ditam o que ela deve vestir, brincar, como se comportar, etc. Porém, para alguém que não se identifica com seu gênero, essas diretrizes serão quebradas, pois a pessoa não sentiria bem e confortável em realizá-las. Desta forma, começa a transfobia por parte da família, que muitas vezes não aceita os comportamentos fora do “padrão” dos filhos e filhas, como um menino brincar com brinquedos considerados de menina ou uma menina participar de brincadeiras que teoricamente são para os meninos. Essa transfobia familiar pode ocorrer de diversas formas, como violência física e psicológica, ou até expulsão de casa, o que faz a criança recorrer às ruas.

Na educação a transfobia ocorre desde o ensino básico até o superior. Nas escolas de ensino básico o preconceito ocorre muitas vezes pelo jeito “diferente” que o jovem apresenta e não pelo fato dele ser transexual assumido, pois nessa fase muitos ainda não se descobriram e estão em processo de conhecimento de si mesmo. Desta forma, o preconceito pode vir através de piadas com os comportamentos e vestimentas do adolescente, xingamentos e até agressões físicas e psicológicas. Já no ensino superior, a pessoa transexual provavelmente já apresenta traços mais claros de sua transexualidade e até já se assumiu, tornando-a mais vulnerável à transfobia. O negligenciamento do estado para com as identidades das pessoas transexuais apresenta consequências já nesse período, pois na faculdade existem diversas

situações em que o nome social da pessoa, o qual ela não se identifica, é necessário e exposto. Além disso, na questão dos banheiros, ela ficará em dúvida de qual entrar e independente de qual escolher poderá ser vítima de transfobia.



Ao chegar na fase adulta, a pessoa transexual, que resistiu toda sua vida a transfobia na família, na educação, nas relações sociais, etc., enfrentará e sentirá mais as consequências de ter muitos de seus direitos negligenciados pelo governo. Além disso, outro fator que influenciará bastante será a busca pela empregabilidade e a vivência num ambiente de trabalho. Nesse período da vida de uma pessoa, começam as responsabilidades de ser um cidadão ou cidadã. Acompanhando, estão os direitos que um indivíduo teria em uma determinada sociedade. Contudo, para uma pessoa que não se identifica com seu gênero, é fundamental a garantia dos direitos, principalmente os específicos para a população transexual.

Para participar ativamente como um cidadão ou cidadã, o indivíduo transgênero precisa primeiramente se identificar consigo mesmo, fisicamente e psicologicamente e para isso, é indispensável uma especialização na área da saúde, que possibilite as transformações que essa pessoa queira fazer, seja a mudança de gênero com a cirurgia de redesignação sexual, seja tratamentos hormonais. Além disso, um dos processos essenciais para uma pessoa transexual se sentir como parte da sociedade, é a mudança do gênero e da identidade legalmente. A partir de tal mudança essa pessoa terá de ser tratada obrigatoriamente pelo gênero e nome social escolhido, evitando constrangimentos em diversos casos no qual a identificação é necessária e punindo o indivíduo que não respeitar tal condição.

Por fim, quando se chega na fase adulta muitas pessoas ingressam no mercado de trabalho em busca da empregabilidade. O fato é que tal busca é muito mais difícil para uma pessoa transgênero do que para uma cisgênero. No Brasil, um dos países que mais matam transexuais no mundo, cerca de 90% das pessoas transexuais acabam na prostituição, devido a não-aceitação em empregos formais. Quando se consegue o emprego, essas pessoas acabam muitas vezes sendo discriminadas no ambiente de trabalho, o que leva também a um abandono e à entrada na marginalização. Tais fatos refletem um mercado de trabalho extremamente preconceituoso e transfóbico, que existe tanto nesse país quanto em muitos outros.

3.0 Combate ao preconceito pela educação sexual nas escolas

Em um mundo onde o preconceito e a discriminação contra a população LGBT está extremamente presente, a educação sexual nas escolas seria uma forma de acabar com a ignorância dos jovens acerca da anatomia, psicologia e aspectos comportamentais relacionados à reprodução humana e desta forma reduzir a LGBTfobia e os desconhecimentos sobre gênero e a sexualidade humana?

Assista a esse curto vídeo sobre educação sexual publicado pela ONU Brasil:

https://www.youtube.com/watch?time_continue=186&v=p-cROBCpAWo

Desigualdade étnica: inclusão de povos indígenas

A população indígena é de aproximadamente 370 milhões de pessoas no mundo e parte desse povo ainda se encontram em situações alarmantes. Condições precárias de saúde sofrem com a violência e a brutalidade, políticas de assimilação, desapropriação de terras, marginalização, remoção forçada ou realocação, negação dos seus direitos a terra, impactos causados pelo desenvolvimento em larga-escala, abusos de forças militares e uma série de outras injustiças. Devido à persistência do efeito negativo da colonização, os indígenas ficaram mais propensos a discriminação, racismo, a prisão, a pobreza e problemas de saúde, e por esse motivo é uma das áreas de foco do SOCHUM para garantir os direitos da população indígena.

1.0 Preservação da cultura indígena e o etnocídio

A cultura tem sido definida geralmente como a totalidade do modo de vida desenvolvido por um povo em suas tentativas de enfrentar os desafios de viver em seu ambiente que dá ordem e significado a suas normas e modos de organização social, política, econômica, estética e religiosa. Incorpora a atitude de um povo ao futuro de seus valores tradicionais, diante das exigências da tecnologia moderna.

A cultura indígena pode ser preservada por meio da sua língua nativa, locais sagrados, reconhecimento das terras tradicionais e de recursos naturais. A linguagem é um elemento fundamental da cultura, já que é um veículo de expressão e comunicação. Assim, muitas universidades ao redor do mundo andam oferecendo cursos em vários idiomas indígenas para preservá-los.

1.1 Conhecimento sobre os povos

Em primeiro lugar, essa etnia é parte integrante das culturas de numerosos países, mas infelizmente, a sociedade não tem conhecimento sobre essa cultura, pois não recebem a educação necessária e não estabelecem nenhum tipo de contato com esse povo. É

por esse motivo que no Canadá, por exemplo, os cursos de estudos Indígenas se tornaram tão populares e agora são oferecidos em todas as instituições canadenses. De acordo com os professores de Estudos Indígenas estudar a língua dos povos nativos faz uma enorme diferença, já que os ajudam a se livrar de todos os estereótipos errôneos existentes sobre a população indígena. É interessante como as pessoas tendem a aprender muito sobre países estrangeiros, mas não tem conhecimento sobre o próprio país e cultura.

1.2 Perda da cultura indígena

O extermínio cultural de um povo é diferente do genocídio (extermínio físico), o etnocídio visa não somente a destruição física, mas a matança, e assim o desaparecimento por inteiro dos traços culturais (língua, costumes, hábitos, tecnologia, mitos).

Etnocídio, palavra introduzida recentemente para qualificar a imposição forçada de um processo de aculturação a uma cultura por outra mais poderosa, quando esta conduz à destruição dos valores sociais e morais tradicionais da sociedade dominada, à sua desintegração e, depois, ao seu desaparecimento. Sinteticamente etnocídio é a ação que promove ou tende a promover a destruição de uma etnia ou grupo étnico. Sua característica essencial está nessa aculturação forçada de uma etnia ou grupo étnico, por outra cultura mais poderosa, levando, em última instância, desaparecimento de uma ou de outro.

A cultura indígena encontra inúmeros desafios no cenário atual, e um deles é encontrar um equilíbrio entre a necessidade de preservar essa cultura e a de se adaptar ao mundo moderno.

Um exemplo é o aumento da produção agrícola e da pecuária, que pode acabar violando os direitos indígenas. Trata-se como objetivo geral analisar se o crescimento do agronegócio colide com o direito às demarcações de terras indígenas que podem fazer com que os povos indígenas sejam forçados a perder o contato com sua cultura.

2.0 Estereotipação indígena

Há grande diversidade cultural de indígenas no mundo, segundo as Nações Unidas, existem aproximadamente 400 milhões de indígenas, totalizando mais de 5.000 tribos distintas. Os povos indígenas totalizam apenas cerca de 6% da população mundial, eles representam 90% da diversidade cultural. Apesar de todos esses aspectos, no imaginário prevalece uma visão estereotipada de índio.

Os povos indígenas começam a ser estereotipados já nos materiais didáticos, normalmente composto por uma pessoa sem roupas, cobertas de adereços e ostentando um cocar e arcos e flechas nas mãos. Essa imagem típica foi construída social e historicamente e a trazemos em nossos imaginários até os dias atuais. Ao longo da história, o índio sempre foi tratado com o aspecto da negação, como as pessoas que não dominavam a escrita, que não tinham leis e nem os metais da época, porém é preciso tomar ciência da especificidades dessas comunidades que se

organizavam de formas totalmente distintas, na qual transmitiam os seus conhecimentos e vivências por meio da oralidade e tinham o domínio de técnicas de agricultura e cerâmica.

Atualmente, o índio não vive somente em território indígena, eles também estão no mercado de trabalho, nas escolas e universidades. O indígena não é um ser que parou no tempo, com o passar dos anos ele teve que se adaptar as mudanças do mundo moderno

As razões do deslocamento indígena para a cidade são variadas. Pesquisadores e lideranças indígenas apontam para um amplo mosaico de fatores, associados a diferentes situações de contato com sociedades regionais, como a busca por trabalho, por melhores condições de acesso à saúde e educação; perda de terras tradicionais; conflitos externos e conflitos internos nas aldeias estimulados, muitas vezes, pelo crescimento populacional ou pelo avanço da região urbana sobre as matas. Quanto às formas de inserção dessas populações em território urbano, há desde indivíduos que migram isoladamente até grupos familiares que se deslocam inteiros para bairros específicos ou aqueles que trabalham ou estudam em ambiente urbano e depois voltam para a sua comunidade.

Há raras ações e políticas públicas que levam em conta as perspectivas dos povos indígenas, que encontram grande dificuldade para acessar seus direitos básicos. Por uma série de preconceitos decorrentes da dominação cultural, que apresenta raízes históricas, a invisibilidade da presença indígena no espaço urbano ainda persiste. Originada de um longo processo de colonização, as imagens estereotipadas do índio “ligado à natureza”, precisam ser urgentemente superadas. Em algumas situações ainda perdura a ideia equivocada de que o indígena “deixa de ser índio” quando está no espaço urbano. Estas imagens ofuscadas e distorcidas corroboram para a ocorrência de ações discriminatórias, tal como a insistência em negar a presença indígena na cidade como legítima. Embora os esforços empreendidos para desconstruí-las, essas imagens ainda persistem no dia a dia da cidade.

3.0 Violência contra o indígena

A violência contra povos indígenas tem se intensificado cada vez mais e diariamente essas pessoas estão suscetíveis à inúmeros tipos de agressões que podem ser feitas por meio de roubos de seus bens naturais, como madeiras e minérios, caça e pesca ilegal, contaminação do solo e da água por agrotóxicos, Além dessas violações dos direitos humanos, esses povos estão submetidos a violências físicas, como ataques a suas comunidades, intimidações e ameaças. Existem quatro tipos de violência: violência contra o patrimônio, violência contra a pessoa, violências provocadas por omissão do poder público e a violência contra povos isolados ou de pouco contato.



Fonte: Google Imagens



Fonte: Google Fotos

Manifestantes reuniram-se no escritório do Escritório de Assuntos Indígenas iniciando a Marcha dos Povos Indígenas em Washington

3.1 Violência contra o patrimônio

O patrimônio indígena é composto por toda extensão de terra pertencentes a comunidade indígena e todo tipo de técnica de caça, coleta, pesca e de agricultura; assim como as atuais escolas, postos de saúde; as artes e os artesanatos, todos estes itens compõem o patrimônio indígena. Além desses bens materiais, existem os bens imateriais como a língua nativa, tradições e rituais.

Muitas vezes a falta de demarcação de terras aos povos indígenas e a pressão dos ruralistas fazem com que eles não tenham um território para praticar a sua cultura. A negligência por parte do governo dos países a essas situações faz com que as

comunidades fiquem sujeitas a constantes violências e expulsões, com o intuito de atender aos interesses políticos e econômicos de setores ligados ao latifúndio, ao agronegócio e às empresas de mineração e energia.

A extração ilegal de madeira ou de minérios, por exemplo, dentro do território indígena é o motivo de muitos conflitos vivenciados pelos povos e uma das principais ameaças aos indígenas em situação de isolamento. A pesca e caça feita por pessoas não autorizadas em território indígena é considerada uma exploração de recursos naturais, já que essa é uma das únicas fontes de renda da população indígena existente no local.

3.2 Violência contra a pessoa

A violência contra a pessoa pode acontecer por meio de assassinato, tentativa de assassinato, ameaças, lesões corporais, abuso de poder, racismo ou discriminação e violência sexual.

Homens e mulheres indígenas enfrentam um risco muito maior de serem assassinados, comparado com não-índios. Entre 2001 e 2014, no Canadá, as mulheres indígenas tiveram seis vezes mais chances de serem assassinadas do que as mulheres não indígenas. Em 2014, os homens indígenas foram sete vezes mais propensos do que os não indígenas a serem assassinados. Analisando a situação de mulheres, elas são suscetíveis de serem mortas por alguém que elas conhecem, no entanto, 42% das vítimas indígenas foram mortas por um conhecido e 35% das vítimas não indígenas foram mortas por um conhecido.

As lesões corporais dolosas são em consequência de agressões físicas, espancamentos, tiros de balas de borracha e até um atropelamento, que foram ocorridos pela discriminação e racismo contra a comunidade indígena. A marginalização e a discriminação dos povos indígenas acabam deixando-os com maior risco de violência e abuso.

Nos Estados Unidos, a violência contra as mulheres indígenas atingiu níveis sem precedentes em terras tribais e nas aldeias nativas do Alasca. Mais de 4 entre 5 índios americanos e nativos do Alasca sofreram violência e mais de 1 em 2 sofreram violência sexual. As mulheres nativas do Alasca continuam a sofrer a mais altas taxas de agressão sexual forçada e relataram taxas de violência doméstica até 10 vezes mais altas do que no resto dos Estados Unidos.

3.3. Violências provocadas por omissão do poder público

A violência contra o indígena provocadas por omissão do poder públicos é evidenciado por meio da negligência por parte do governo ao acesso a saúde, ao alto índice de violência infantil, a disseminação de bebidas alcoólicas e drogas nas comunidades e a desassistência da área de educação escolar indígena.

3.3.1. Saúde Indígena

Na área da saúde, por exemplo, há um descompasso no atendimento à saúde indígena em suas terras tradicionais e na cidade. O atendimento culturalmente diferenciado, conjugando a medicina ocidental com os modos tradicionais de cura indígena, possibilitando intérprete da língua-mãe, quando necessário, é um direito básico fundamental a esse povo, mas raramente isso é encontrado. Em todas as regiões do mundo, sistemas tradicionais de cura e cuidados biomédicos ocidentais coexistem. No entanto, para os povos indígenas, os sistemas tradicionais desempenham um papel particularmente importante em suas estratégias de cura. Segundo estimativas da OMS, pelo menos 80% da população dos países em desenvolvimento depende dos sistemas tradicionais de cura como sua principal fonte de atenção.

"Os povos indígenas permanecem à margem da sociedade: são mais pobres, menos instruídos, morrem mais cedo, têm maior probabilidade de cometer suicídio e, em geral, têm pior saúde do que o resto da população". (Fonte: The Indigenous World 2006, Grupo Internacional de Trabalho sobre Assuntos Indígenas (IWGIA), Status Consultivo do ECOSOC, p10)

Mundialmente, os indígenas não têm acesso à saúde de qualidade e por esse motivo algumas doenças tendem a aumentar.

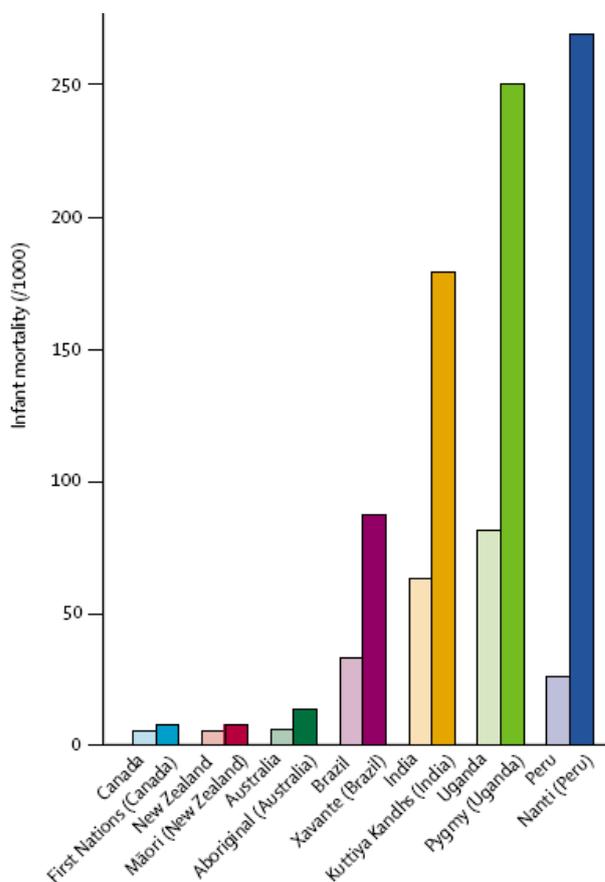
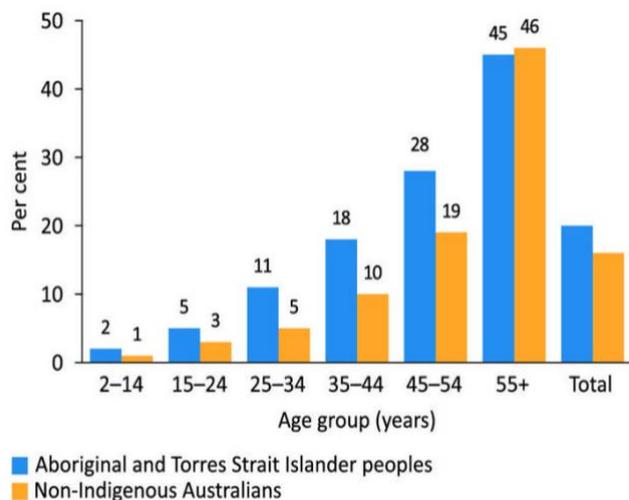
<p>Diabetes: Em algumas regiões da Austrália, os aborígenes e os ilhéus do estreito de Torres têm uma taxa de prevalência de diabetes de até 26, o que é seis vezes maior do que a população em geral.</p>

<p>HIV: Algumas populações indígenas estão entre os grupos mais afetados pela epidemia nas Américas.</p>

<p>Saúde reprodutiva: Para as minorias étnicas do Vietnã, mais de 60 dos partos ocorrem sem pré-natal, comparado a 30 para a população de Kinh, a maioria étnica do Vietnã.</p>
--

<p>Mortalidade infantil: A mortalidade infantil média entre as crianças indígenas no Panamá é mais de três vezes maior do que a da população geral (60-85 mortes por 1.000 nascidos vivos versus a média nacional de 17,6).</p>
--

<p>Condições de vida: Nos agregados familiares ruandeses Twa a prevalência de saneamento de saneamento precário e a falta de água potável e segura eram, respectivamente, sete vezes e duas vezes mais elevadas do que para população nacional.</p>
--



Source: Lancet Series on Indigenous Health, Vol. 367, June 2006, p2022

Fonte: World Health Organization

3.3.2. Educação Indígena

A escola é uma instituição que adquiriu grande relevância na era moderna, especialmente nas sociedades ocidentais, e nelas se consagrou como espaço central de socialização da pessoa, bem como de aquisição de conhecimentos e de inserção da pessoa no mundo social. Para os indígenas, a educação é um grande passo, já que ela

também consiste em práticas individualizantes, competitivas, desiguais e classificatórias que não serve cultura indígena que se fundamenta em outras formas de relação e em outros valores sociais e, por isso, precisa ser reinventada. Mas, mesmo com os desafios colocados para os povos indígenas alguns destes decidem instituir em uma escola, que é considerada uma instituição importante quando está a serviço das lutas políticas e identitárias.

Para a aplicação da educação indígena é necessário entender que existem inúmeros tipos de culturas indígenas, cada uma tem a sua especificidade e é de suma importância que sejam respeitadas essas culturas e os projetos de vida indígena. Além disso, muitas dessas instituições escolares são ainda marcadas pela escassez de recursos, imposição de programas, desrespeito às decisões indígenas e pela falta de professores e de investimentos na qualificação dos profissionais indígenas.



Fonte: Google Imagens

3.3.3. A disseminação de bebidas alcoólicas e drogas nas comunidades

O alcoolismo está presente em quase todas as culturas, sendo um dos mais prevalentes problemas de saúde nas sociedades do mundo. A Organização Mundial de Saúde (OMS), responsável pela classificação de doenças, refere-se a problemas no consumo e abuso do álcool e de auto dependência como síndromes.

No contexto indígena, o consumo do álcool e de drogas é extremamente presente, mas muitos as pessoas que usam álcool também usam outras drogas psicoativas. A maioria comumente, os usuários de álcool geralmente fumam tabaco. Números menores também usam cannabis e, em menor grau, outras drogas ilícitas, como estimulantes tipo anfetamina. Particularmente no caso do álcool tabaco, o efeito interativo dessas drogas resulta em maiores níveis de danos relacionados à saúde.

Os australianos indígenas constituem 2,6% da população da Austrália. Eles apresentam problemas de saúde e sociais do uso de álcool a uma taxa desproporcional aos não-indígenas, a doença associada ao uso de álcool pelos indígenas australianos é quase o dobro da população australiana em geral. Em 2003, o álcool foi responsável por 6,2% do total de doenças entre Indígenas australianos.

Ainda da Austrália, as estratégias de prevenção primária do país visam impedir a tomada do álcool por não bebedores e mantê-los informados pelo sobre o risco do consumo do álcool e de drogas. As intervenções de prevenção primária também incluem, por exemplo, programas de educação escolar e de pais, e atividades que fornecem alternativas ao uso de álcool - como esportes, recreação e atividades culturais.

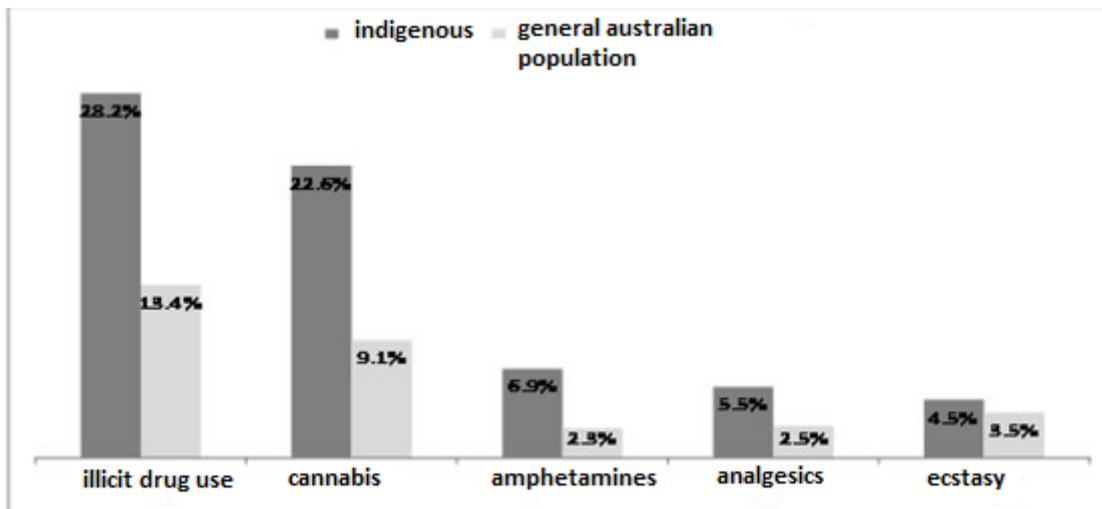


Figura 1

O gráfico acima (figura 1) aborda as proporções de uso de drogas ilícitas nas populações indígenas e australianas em geral, por tipo de droga.

Mundialmente, o uso de droga por indígenas de 15 anos ou mais vivendo em áreas não remotas foi de 4,7% maior em 2004-2005 do que em 2002, essa mudança evidencia um aumento de 20% nos números de indígenas que usam drogas ilícitas. O consumo de cannabis (18%) foi aproximadamente o mesmo que o aumento global, mas os aumentos do consumo de anfetaminas e ecstasy foram superiores (46% e 137%, respectivamente).

3.4. Violência contra povos isolados ou de pouco contato

A denominação "povos indígenas isolados" se refere especificamente a grupos indígenas com ausência de relações permanentes com as sociedades nacionais ou com pouca frequência de interação, seja com não-índios, seja com outros povos indígenas.

No Brasil, a Funai, agência governamental brasileira encarregada dos assuntos indígenas, declarou que sete membros de uma tribo indígena isolada emergiram da Amazônia e fizeram contato pacífico com pessoas em uma aldeia perto da fronteira peruana. A decisão dos índios de fazer contato não foi motivada pelo desejo de bens materiais, mas pelo medo. Com a ajuda de tradutores que falavam uma língua peruana indígena intimamente relacionada, os índios do Acre explicaram que ataques violentos de forasteiros os haviam expulsado da floresta. Mais tarde, surgiram detalhes de que

seus parentes mais velhos foram massacrados e suas casas incendiadas. Os madeireiros ilegais e os traficantes de cocaína no Peru, de onde os índios são acusados, provavelmente são os culpados, de acordo com o governo brasileiro.

Os povos livres ou de pouco contato podem ser encontrados em distintas situações: habitando áreas desprotegidas, terras indígenas exclusivas, terras indígenas compartilhadas com povos contatados, unidades de conservação e, inclusive, territórios transfronteiriços, como é o caso dos Mashco-Piro, tribos que vivem entre os territórios peruanos e brasileiros. Por algumas terras indígenas estarem sem proteção, grupos que exploram clandestinamente minérios, madeiras e outros bens naturais em áreas protegidas se sentem encorajados a enfrentar de forma violenta os aborígenes que habitam no local

4.0 Declaração universal dos direitos indígenas

A declaração universal dos direitos humanos foi aprovada no dia 13 de setembro de 2007 em Nova Iorque na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento é de ação global e tem como principal objetivo a liberdade e igualdade dos povos indígenas. Essa declaração foi aprovada por uma maioria de 144 estados a favor, 4 votos contra (Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos) e 11 abstenções (Azerbaijão, Bangladesh, Butão, Burundi, Colômbia, Geórgia, Quênia, Nigéria, Federação Russa, Samoa e Ucrânia).

Nove anos se passaram desde que a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas foi adotada pela Assembleia Geral. Desde então, os quatro países que votaram contra reverteram sua posição e agora apoiam a Declaração. Hoje, a Declaração é o instrumento internacional mais abrangente sobre os direitos dos povos indígenas. Estabelece uma estrutura universal de padrões mínimos para a sobrevivência, a dignidade e o bem-estar dos povos indígenas do mundo e elabora os padrões existentes de direitos humanos e as liberdades fundamentais que se aplicam à situação específica dos povos indígenas.

Desigualdade de gênero: a autonomia das mulheres pelo mundo

1. Autonomia feminina

O conceito de autonomia define-se como “a capacidade de governar-se pelos próprios meios, ou seja, direito de um indivíduo tomar decisões livremente.”. Logo, ao abordar-se o tema de autonomia feminina, as pautas levantadas têm como objetivo dar à mulher o poder de escolha sobre si mesma, tanto no âmbito físico, como no financeiro e dentro da tomada de decisões políticas.

As questões enquadradas dentro da autonomia das mulheres devem ser efetivadas, devido a suas contribuições para a erradicação da desigualdade de gênero, segundo María Nieves Rico, diretora da divisão de assuntos de gênero do CEPAL (Comissão econômica para América Latina e Caribe). O fim da desigualdade de gênero é o objetivo número 5 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU, e é considerado fundamental na eliminação da pobreza num âmbito global, através da concessão de direitos iguais no planejamento reprodutivo de muitas mulheres, que não possuem poder de decisão acerca de sua própria vida, por falta de oportunidades.

2. Autonomia física

A autonomia física diz respeito a todas as questões que envolvem diretamente o corpo feminino, sendo que suas principais pautas são os direitos reprodutivos e a persistência da violência de gênero. Esta última, apesar de possuir diversas formas de ocorrência, como violência psicológica, verbal, patriarcal, etc., o enfoque será dado ao aumento de números de agressões físicas contra mulheres: o feminicídio.

2.1 Direitos reprodutivos

Os direitos reprodutivos são pertencentes a todos os indivíduos e dizem respeito, principalmente, ao planejamento reprodutivo, que se define como a liberdade de escolher se quer ter filhos, quando e como tê-los. O planejamento reprodutivo, além de prevenir a gravidez não planejada, as gestações de alto risco e a promoção de maior intervalo entre os partos, proporciona às mulheres a independência quanto ao tempo dedicado à sua formação educacional e suas escolhas profissionais. O fato de a maternidade passar a ser uma escolha e não um acaso tem trazido uma série de vantagens tanto para a mãe e o bebê quanto para a sociedade.

O primeiro passo para esse planejamento é o controle da fertilidade, que se dá através da utilização de métodos contraceptivos durante as relações sexuais, a fim de evitar uma gravidez indesejada. Mesmo com muitos avanços realizados nessa área, um estudo realizado pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mostrou que 55,4% das mulheres brasileiras que tiveram filhos, não planejaram a gestação. O número é mais alto do que a porcentagem levantada pelas Nações Unidas, em que 40% das gestações do mundo não foram

planejadas. E, dentre as mulheres entrevistadas, as que declaram ter planejado a gravidez se caracterizam como brancas (52,7%), acima de 35 anos (52%), com escolaridade alta (59,3%) e com parceiros estáveis (49,5%). Desse modo, as gravidezes indesejadas são, majoritariamente, de mulheres mais jovens, principalmente adolescentes, negras ou pardas, que não possuem níveis elevados de escolarização que, por consequência, culmina em uma falta de educação sexual. A laqueadura – método voluntário de esterilização feminina - também não é facilmente realizada pelos sistemas de saúde, pois, mesmo aqueles que possuem o procedimento gratuito, têm uma longa lista de espera.

Além desse fator, a religião também pode influenciar no uso de preservativos, já que o catolicismo, por exemplo, possui uma política que não incentiva o uso destes métodos. Ademais, a sexualidade feminina ainda é vista, em diversos âmbitos, como um tabu, enraizando uma cultura que desestimula as meninas a conhecerem seu próprio corpo.

2.2 Violência contra a mulher: os tipos de feminicídio

O feminicídio (ou femicídio) se caracteriza como a violência contra mulher, podendo esta levar a morte ou não. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde) as agressões, sendo estas físicas ou emocionais, ocorrem justamente pelas vítimas serem do sexo feminino. O abuso de gênero acarreta ou ainda vai acarretar uma em cada três mulheres no mundo todo, e quase 50% de todos os assassinatos documentados foram cometidos pelo parceiro ou ex-parceiro, segundo a ONU.

Entretanto, mesmo com tantas vítimas de diversos tipos de violência, a taxa de denúncias está longe de ser equivalente a taxa de ocorrência. A maioria das mulheres prefere manter silêncio sobre tais crimes, tanto por medo de ser julgada aos olhos dos familiares e da comunidade em si, quanto pela consciência de que muitos crimes, mesmo com legislação própria, não punem efetivamente na maioria das vezes. Dentre os dados de violência cometida pelos homens dentro do matrimônio, um total de 34 países no mundo não condena o estupro caso este tenha sido feito pelo companheiro legítimo, e cerca de 40 nações não possuem legislação ou medidas de proteção acerca de violência doméstica. A impunidade desses casos já foi condenada pela ONU que afirma que o combate ao feminicídio, é fundamental para o desenvolvimento sustentável.

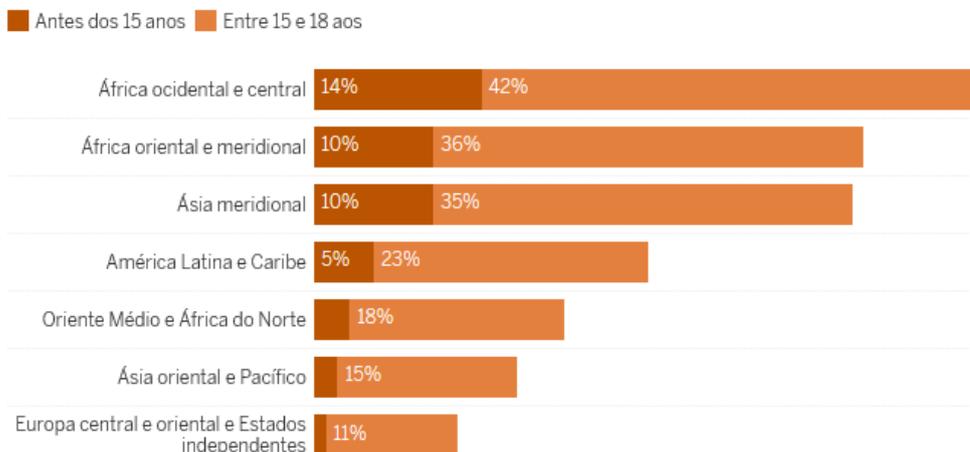
A violência contra a mulher ocorre através de diversas maneiras sejam elas físicas, morais ou psicologicamente abusivas. Os crimes de honra são um exemplo e, segundo as Nações Unidas estima-se que cinco mil mulheres sejam mortas por essa motivação por ano. São situações em que a família encomenda a morte da mulher, alegando que esta é culpada de algum ato que os tenha desrespeitado, desde relações sexuais ou gravidez antes do casamento, adultério e até mesmo estupro.

O casamento forçado e/ou precoce, extremamente comum em algumas regiões do mundo devido à predominância de certas religiões, também pode ser considerado um

tipo de feminicídio e, com certeza, uma negação a autonomia feminina, levando em conta que o matrimônio é arranjado pelas famílias, deixando a mulher ou menina completamente fora dessa tomada de decisão.

Casamento Infantil

Porcentagem de mulheres entre 20 y 24 anos que foram obrigadas a casar



Fuente: UNICEF (2016)

Segundo uma pesquisa realizada pela instituição britânica “Save the Children”, a cada 7 segundos, uma menina com menos de 15 anos é forçada a se casar em algum local do mundo, totalizando cerca de 17 milhões de meninas se casando contra sua vontade por ano. A grande maioria desses casos ocorre na África Central e Meridional, mas também possuem grande ocorrência na América Latina, mesmo os países que possuem legislação estipulando que casamentos só podem ser realizados a partir dos 18 anos.

A mutilação genital feminina também pode ser caracterizada como um tipo de feminicídio. Ela é um ritual em que se mutilam a vulva, e que muitas mulheres são submetidas, por questões tradicionais e culturais, já que é da crença de algumas comunidades que só assim elas poderão encontrar um marido adequado e, também, não sentirão desejo pela atividade sexual antes do casamento. Segundo a Unicef, cerca de 200 milhões de mulheres ainda vivas já foram submetidas ao procedimento, em 29 países da África e Oriente Médio, onde a prática é mais comum. Muitas dessas nações já condenaram tais atos, porém grupos de determinadas religiões e crenças ainda os praticam.

A ONU estipulou níveis de mutilação que são: remoção do clitóris (tipo 1), remoção do clitóris e dos pequenos lábios (tipo 2), e remoção dos pequenos e grandes lábios e um estreitamento da abertura vaginal, geralmente, com a remoção do clitóris também (tipo 3). O procedimento coloca em risco a vida de muitas mulheres não apenas por estarem sujeitas a infecções, já que é realizado com lâminas não esterilizadas, mas por dificultar outros processos naturais no futuro, como urinar, dar à luz, ter relações sexuais, menstruar, etc. A defibulação é uma cirurgia que busca reverter tais ações e

ampliar a abertura vaginal, mas, mesmo assim, devido ao trauma sofrido, à falta de recursos e ao julgamento da família e comunidade, muitas mulheres não procuram ajuda médica. Entretanto, por conta do desconhecimento acerca desta situação, muitos hospitais não possuem preparo para dar o devido auxílio às vítimas. São muitos os casos de mulheres que passam por partos muito difíceis, e os profissionais da saúde não sabem como facilitar o procedimento e diminuir as dores sentidas.

Movimentos contra essa tradição têm surgido em todos os países praticantes da mutilação, visando conscientizar e esclarecer para a população os riscos e problemas que uma menina que possui seu corpo agredido dessa forma pode vir a sofrer. Além disso, até mesmo nações sem esta ocorrência estão se mobilizando, promovendo campanhas e sistemas de apoio a meninas e mulheres que passam pela experiência.

3. Autonomia econômica

A autonomia econômica é essencial para que as mulheres possam prover seu próprio sustento e decidir por suas próprias vidas. O termo não envolve, portanto, apenas independência financeira e geração de renda, mas pressupõe também autonomia para realizar escolhas, principalmente decisões como por qual profissão seguir, tendo ainda tempo para o lazer e para sua própria qualificação profissional.

3.1 Escolarização feminina

A desigualdade de gênero também se estende ao âmbito do acesso à educação. De acordo com dados levantados pela Unesco 62 milhões de meninas no mundo todo, não vão a escola, levando as mulheres a representarem dois terços dos 78 milhões de analfabetos do mundo.

Quando se trata da população feminina no universo árabe, o número é ainda mais gritante, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) cerca de 50% das mulheres nesses países são analfabetas. Tal situação ocorre pois, em muitos países de religião islâmica na África e Ásia, as mulheres não tem pleno direito sobre si mesmas, não podendo ir a escola, por exemplo.

Se tratando do ingresso de mulheres no ensino superior, a situação foi invertida a maioria dos países, com exceção à África Subsaariana e na Ásia, segundo a ONU, que afirma que o número de mulheres se formando em universidades ultrapassou o de homens.

Até 2010, as meninas em idade escolar fora da escola representavam 54% de todas as crianças, se tratando do mundo árabe o número subiu para 61%. No mesmo ano, o número de meninas matriculadas subiu para 86% em todo o mundo, contudo, nos países árabes a porcentagem é uma das menores, menos de 60%.

Conseqüentemente, a forte repressão que meninas sofrem em alguns países impedem que os pais as permitam ir para a escola, por medo de morte ou de atentados. Mesmo assim, existem muitos ativistas nestas regiões que lutam pelo direito de educação para

todos. A mais famosa é a estudante paquistanesa Malala Yousafzai, que foi baleada por ser uma militante disposta a dar educação para as meninas do Paquistão. Além dela, estima-se que em 70 países meninas, pais e professores defensores de igualdade no acesso as escolas já sofreram algum tipo de agressão entre 2009 e 2014, de acordo com um relatório sobre direitos humanos das Nações Unidas.

4.0 Autonomia na tomada de decisões.

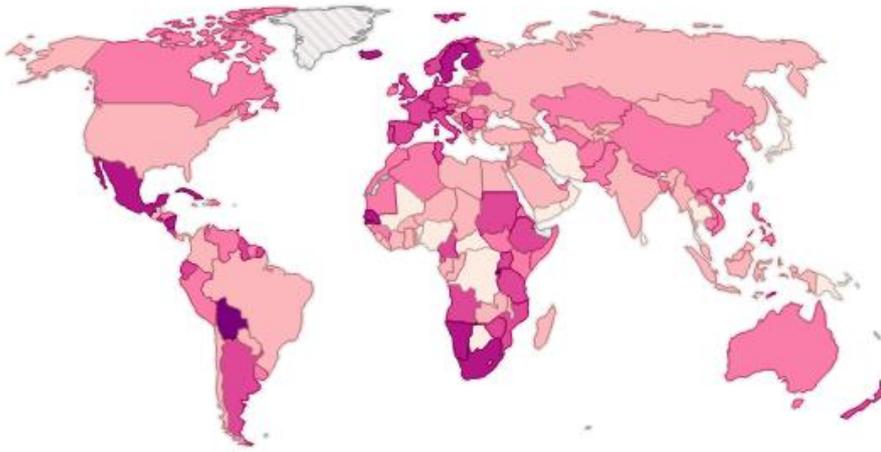
A autonomia na tomada de decisões diz respeito à representação feminina dentro do âmbito político, abrangendo questões desde voto para as mulheres, de modo a serem consideradas cidadãs, até a presença delas dentro dos mais variados órgãos de poder.

A Arábia Saudita foi o último país do mundo a conceder o sufrágio para mulheres, o que só ocorreu em 2015, marcando um grande marco na história da luta pela igualdade de gênero neste país.

Todavia, mesmo todas as nações do mundo possuindo o voto feminino, a representação política feminina é baixa, mesmo com os avanços do movimento feminista. De acordo com um levantamento feito pelo Interparlamentar Union, em 2018, 23,8% dos assentos em parlamentos eram ocupados por mulheres; é um avanço significativo considerando-se que, em 2000, esse número era de apenas 13%.

A democracia paritária é um termo utilizado para definir um contexto em que homens e mulheres teriam oportunidades iguais dentro do meio político. Desse modo, com mulheres ocupando assentos dentro dos mais variados órgãos de poder, na mesma medida masculina, o Estado poderia passar a governar em prol de ambos equitativamente, criando um governo mais inclusivo e paritário fundamentalmente, que reforce a necessidade das pautas acerca da igualdade de gênero. Tal sistema é defendido pelo ONU Mulheres, o órgão de representatividade feminina da ONU.

Muitos países já adotam medidas políticas em prol de incentivar as mulheres a se candidatarem e, assim, trabalhar pela democracia paritária. Existem sistemas de cotas femininas nas listas partidárias como a adotada pela Argentina, em 1991, se tornando o primeiro país do mundo a usar esse tipo de estratégia. Entretanto apenas o sistema de cotas não é suficiente para uma participação igualitária, pois não é benéfico colocar mulheres que, muitas vezes, podem não estar muito bem capacitadas, apenas para preencher as vagas designadas. Além disso, sem o adicional de outras políticas de incentivo, o eleitorado poderia pensar que as cotas existem como uma forma de privilégio, devido à falta de capacidade feminina, o que não é verídico, porque o que é diferente são as oportunidades de se especializar e montar carreira na área, e não a falta de competência entre ambos os gêneros.



% de mulheres no parlamento



Fonte: Inter-Parliamentary Union e Banco Mundial

O GLOBO

Posicionamento dos países participantes:

República da África do Sul:

Questão LGBT+: A África do Sul, junto de Cabo Verde, é um dos únicos países do continente Africano em que a comunidade LGBT+ desfruta de plenos direitos. Tal contradição em relação aos outros países africanos, deve-se pela cultura sul-africana, a época do colonialismo e principalmente o apartheid e os movimentos pró-direitos humanos.

A respeito dos transgêneros, esses podem mudar de gênero em documentos legais sem a necessidade de uma cirurgia de redesignação sexual. Contudo, não há uma terceira opção de gênero, direito que ainda está sendo buscado.

A educação sexual faz parte do currículo escolar obrigatório sul-africano através da área de aprendizagem Orientação para a Vida.

Questão da desigualdade de gênero:

A constituição da África do Sul garante às mulheres todos os direitos humanos e os básicos também. Entretanto, não zela pelos direitos específicos ao público feminino.

O aborto é legalizado no país desde 1996, mas mesmo sendo gratuitos para mulheres sem recursos para pagar, muitas das estrangeiras, principalmente, recorrem a clínicas ilegais por falta de conhecimento acerca no país. Os números de mortalidade materna também são agravantes na questão dos direitos reprodutivos. Em 2011, foi constatado que mais de um terço das mortes de mulheres grávidas vem do HIV e, de acordo com especialistas, mais de 60% delas eram evitáveis.

O país é considerado a capital do estupro e os números condizem: mais de 150 estupros são cometidos por dia e a cada 27 segundos uma mulher é violentada, segundo o Rape Crisis. E, como se não fosse suficiente todos esses casos de violência física, a simbólica também é presente na república. Apenas 41% dos membros do parlamento são mulheres, segundo dados de 2011.

Questão indígena:

Cerca de 1% da população da África do Sul é indígena. O país votou a favor da declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, mas ainda não ratificou a convenção n°169 da OIT.

Houve certo progresso em relação o direito desses povos com a criação da "Lei de Proteção, Promoção, Desenvolvimento e Gestão de Sistemas de Conhecimento Indígenas" de 2014 que estabelece a proteção, promoção, desenvolvimento e gestão

dos sistemas de conhecimento indígenas das comunidades. Entretanto, ainda há muito no que evoluir acerca desta questão

República Islâmica do Afeganistão:

Questão LGBT:

O Afeganistão, assim como em grande parte dos países asiáticos, apresenta grande intolerância ao movimento LGBT. No país o homossexualismo e o travestismo são crimes graves que podem levar a punições como pena de morte, ou deportação, no caso de estrangeiros. Tal incomplacência pode ser explicada pelo fato de 99% da população ser muçulmana, ou seja, seguir a religião Islâmica, a qual não aprova o movimento LGBT.

No país as pessoas transexuais, assim como os outros membros LGBTs, não possuem proteção e nem direitos, alguns muito importantes para um indivíduo trans, que é a mudança legal de gênero e nome social.

Por fim, pelo fato de o país ser extremamente conservador e muçumano, o ensino sexual nas escolas não é uma realidade e não é bem visto

Questão da desigualdade de gênero:

Segundo a Constituição Federal de 2004, as mulheres afegãs possuem alguns direitos iguais aos dos homens no país, mas não garante os direitos reprodutivos.

Segundo uma pesquisa realizada pela Unicef, uma mulher morre no Afeganistão a cada 27 minutos por problemas relacionados a gravidez e têm uma chance de 1 em 11 de morrer no momento do parto; sendo a segunda maior taxa de mortalidade materna do mundo. A média da mulher afegã é de sete gestações, com pelo menos dois filhos perdidos. O serviço de saúde é de má qualidade, especialmente para mulheres, que não podem sair de casa sem o homem da família para ir ao hospital. A maioria dos 45 partos diários realizados em Cabul, capital do Afeganistão, ocorre à noite, porque as grávidas esperam até o homem voltar do trabalho para levá-las a um médico. Apesar de tal situação, o aborto é legalizado em caso de risco de morte para a mãe.

O país é considerado um dos mais perigosos para mulheres no mundo; uma pesquisa realizada em 2008 com 4.700 afegãs mostrou que 87% delas já haviam sido abusadas sexualmente e psicologicamente ou vítimas de espancamento – 82% relatam que os abusadores eram da família. Os casos de casamento infantil aumentam ainda mais o índice de gestações de risco, apesar de ter caído em 10% a ocorrência de casos nos últimos 5 anos, o país ainda possui uma taxa alta em que 42% das famílias possuem pelo menos um membro a se casar antes dos 18 anos.

A violência e opressão sofrida levam muitas mulheres a optarem pelo suicídio para escapar de tais condições. Em 2008, houve 80 casos de tentativa de suicídio ateando fogo ao próprio corpo.

Mesmo após a libertação do Talibã em 2001, o país ainda possui tradições que reprimem as mulheres, dentre elas a falta do incentivo de ir à escola, culminando

numa população feminina 85% analfabeta. Da população feminina que sabe ler e escrever, apenas 5,8% dela tem diploma secundário. Apesar de ser legalizado o sufrágio feminino, a participação das mulheres é pouca inclusive nos órgãos de poder, chegando a apenas 27,4% de representantes no Congresso.

República Federal da Alemanha

Questão LGBT:

A Alemanha, assim como muitos países europeus, oferece amplos direitos à comunidade LGBT. Há legalidade em atos e relacionamentos homossexuais, casamento entre pessoas do mesmo sexo, além de leis anti-discriminação que protegem a população LGBT+.

Na questão das pessoas transexuais na Alemanha, essas são protegidas contra a transfobia em todas as esferas da sociedade e possuem o direito de mudança de gênero. Porém essa mudança só é realizada após a cirurgia de redesignação sexual, o que se torna um problema para os indivíduos transexuais que querem trocar de identidade legalmente, mas não querem fazer a cirurgia ou não possuem condição financeira.

Ademais, como forma de combater o preconceito e a discriminação contra a diversidade sexual, é obrigatório nos 16 estados do país, a educação sexual nas escolas.

Questão da desigualdade de gênero:

Desde 1949 o governo alemão assegura às mulheres igualdade, participação política, garantia dos direitos humanos e ao direito de emprego, com a Lei Fundamental da República Federal da Alemanha.

Segundo um relatório lançado pelas Nações Unidas, oito a cada mil meninas no país ficam grávidas na adolescência. O aborto é legalizado sem restrições e o acompanhamento psicológico disponibilizado.

Desde 2014, o país promulgou a chamada lei do parto confidencial, que se destina a mulheres que escolhem não abortar, mas que também desejam esconder a gravidez da comunidade. Sendo assim, o parto é realizado e o pré-natal disponibilizado de modo totalmente anônimo e, após os procedimentos, a criança é colocada para adoção.

A Alemanha possui o segundo maior índice de violência contra a mulher da Europa: em 2015, foram cerca de 34.300 crimes sexuais, dentre eles sete mil estupros denunciados. Além disso, segundo a Agência da União Européia para Direitos Fundamentais, uma em cada três mulheres no país já viveu algum tipo de violência desde os 15 anos de idade e 53% delas declaram que sofrer abuso sexual é algo bastante comum.

No ranking internacional de participação política feminina, em 2017, a Alemanha ocupava o 22º lugar entre 190 países, com 37% dos mandatos do Parlamento Alemão pertencentes a mulheres. Muitos partidos já possuem cotas femininas e existem

também programas de aconselhamento em prol de incentivar as mulheres a adentrarem o meio político.

Reino da Arábia Saudita

Questão LGBT:

Na Arábia Saudita, assim como em muitos países do Oriente Médio, é um grande desafio ser LGBT. O país além de criminalizar o homossexualismo e o travestismo, possui punições que podem ir desde prisões e multas até execução por apedrejamento ou enforcamento.

Sobre a questão da transexualidade no país, o governo saudita proíbe qualquer tipo de transgeneridade sob a jurisprudência islâmica e, portanto, é ilegal. As penas são as mesmas para a homossexualidade, ou seja, tortura, chicotadas, prisão, pena de morte ou deportação para estrangeiros.

Nas escolas o assunto da diversidade sexual só vem à tona quando é para alertar os jovens que, de acordo com o Islã, a homossexualidade é um dos pecados mais repugnantes e um dos maiores crimes do país. Tais radicalidades podem ser explicadas pelos costumes árabes que são fortemente influenciados pelo wahabismo

Questão da desigualdade de gênero:

Pelo fator de o país não possuir uma constituição, as mulheres possuem muitos poucos direitos. A autonomia feminina é quase inexistente, já que cada adulta necessita de um guardião do sexo masculino que toma todas as decisões fundamentais sobre suas vidas, inclusive necessitando da permissão destes para estudar, trabalhar ou viajar. A Arábia Saudita é um dos poucos países que não aceitam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, por motivos de esta entrar em conflito com as crenças do Islã.

O aborto no país é proibido, salvo situações em que a saúde da mulher está em risco, mas ainda assim, necessita-se da aprovação de três médicos e do marido.

Apenas em 2013 a violência doméstica foi condenada pelo governo, com a aprovação de uma lei que estabelecia penas desde multas até prisões. Em contrapartida, os casamentos infantis no país são muito comuns, não possuindo nem ao menos legislação que estipule idade mínima para o matrimônio, sendo comum meninas de 10 anos se casarem, conforme a tradição islâmica.

O número de mulheres analfabetas no país é de 700 mil, mas medidas têm sido tomadas para criar escolas específicas para ensinar essa população depois de adultos. O voto para mulheres só foi aprovado em 2015, contando com baixa participação de mulheres, tanto votantes, quanto participantes de órgãos de poder: apenas 20% dos assentos parlamentares são femininos.

República Argentina

Questão LGBT:

A Argentina faz parte dos poucos países da América Latina que oferecem totais direitos a comunidade LGBT, como legalidade no casamento e na adoção e leis que protegem a população e punem os crimes de ódio referente a essa. O país, em 2010, foi o primeiro

da América Latina a criar uma lei que permitisse o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo. Além disso, no mesmo ano foram criadas leis que permitem a adoção por casais homoafetivos e a mudança de gênero em identidades e documentos.

A respeito da comunidade trans e das questões sobre, embora os crimes de ódio por conta da identidade de gênero ainda sejam um problema, o país disponibiliza alguns direitos como a mudança de gênero, sendo o primeiro país do hemisfério ocidental a levar em conta a “auto declaração” do indivíduo pra mudar de gênero, não necessitando de uma cirurgia ou autorização do médico.

Por fim, a educação sexual nas escolas é obrigatória desde 2006, visando “promover atitudes responsáveis ante a sexualidade” e “procurar igualdade de tratamento e oportunidades para homens e mulheres”. No entanto, a abordagem do tema ainda ocorre de forma desigual nos colégios, sendo evitado particularmente em escolas confessionais.

Questão da desigualdade de gênero:

A Argentina apresenta muitos avanços no que diz respeito à concessão de direitos reprodutivos femininos. Sua mortalidade materna é relativamente baixa, possuindo uma taxa de 52 óbitos a cada 100 mil bebês nascidos vivos. A gravidez na adolescência possui uma ocorrência de 13%, segundo dados da CEPAL e, recentemente, em 2018, a legalização do aborto, após um longo debate no senado do país foi novamente negada, sendo permitida apenas em casos de estupro e riscos de vida para a mãe.

Em 2016, segundo o Registro Nacional de Feminicídios da Justiça Argentina, o índice de mulheres mortas era cerca de 250 a cada 100 mil e apenas 9% dos casos possuem um possível condenado, dentre esses casos, 61% dos crimes foram cometidos pelo parceiro ou ex-parceiro. O país possui um movimento de mulheres em protesto contra as altas taxas de assassinatos chamado “Ni una menos”, que visa dar visibilidade e chamar atenção do governo para essa situação.

A Argentina foi o primeiro país a criar o sistema de cotas partidárias para mulheres, em 1991, estabelecendo um mínimo de 30%. Atualmente possui 38% de seu parlamento composto por mulheres.

Questão indígena:

De acordo com o último censo nacional do país (2010), há 955.032 pessoas na Argentina que se identificam como descendentes de povos indígenas. Existem 35 diferentes povos indígenas oficialmente reconhecidos que possuem direitos constitucionais. A Argentina votou a favor da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e ratificou a Convenção 169 da OIT.

As tensões e conflitos sobre as reivindicações de terras dos povos indígenas pioraram em 2017. O Estado da Argentina não garantiu e aplicou os direitos indígenas sobre a terra e, além disso, criminalizou os membros das comunidades indígenas que pediram esse fracasso. No contexto deste cenário e do confronto entre as duas partes, houve

numerosos atos de violência e até mortes de ativistas indígenas, como é o caso de Santiago Maldonado.

A tensão sobre a terra vê uma de suas raízes no interesse econômico das atividades extrativistas nos territórios reivindicados pelos povos indígenas, como direitos garantidos dos povos indígenas, incompatível com o modelo econômico neodesenvolvimentista que se baseia precisamente nessas atividades extrativistas.

Comunidade da Austrália

Questão LGBT:

A Austrália, país localizado na Oceania, é um dos melhores países para a comunidade LGBT. Além da existência de leis de proteção e que garantem os direitos dos LGBTs, como o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo, boa parte da população australiana reconhece a necessidade em aceitar a homossexualidade na sociedade e acabar com o preconceito à população LGBT. Uma pesquisa conduzida pelo PewResearch em 2013 indicou que 79% dos australianos acreditam que a homossexualidade deve ser aceita pela sociedade, tornando-se o quinto país mais tolerante do mundo, atrás de Espanha, Alemanha, Canadá e República Checa. Sobre os direitos da comunidade transgênero, a Austrália além de fornecer a cirurgia de redesignação sexual e a mudança de gênero legalmente, apresenta um “terceiro gênero” para quem não se identifica nem como um homem ou como uma mulher. Na educação, algumas escolas têm aula sobre a sexualidade humana e gênero, como os centros de ensino do estado de Victoria, que têm aulas de “Relações respeitadas”, a fim de discutir violência de gênero, orientação sexual, privilégio masculino e desigualdade salarial.

Questão da desigualdade de gênero:

A Austrália é um dos países com maior qualidade de vida do mundo e possui uma boa posição no ranking de igualdade de gênero, localizando-se na posição 36º de 145 países participantes. O sistema de saúde é bem desenvolvido e, por isso, possui um índice de mortalidade materna de apenas seis óbitos a cada 100 mil nascidos vivos, de acordo com a última pesquisa feita em 2015. A legalização do aborto depende de cada estado, mas, na maioria deles, é legalizado sem restrições, possuindo até um serviço que disponibiliza médicos 24 horas por telefone para que as mulheres possam abortar de maneira segura em suas casas.

Em contraponto os índices de violência contra a mulher são elevados: a cada semana pelo menos uma mulher é assassinada pelo companheiro ou ex-companheiro. O governo tem disponibilizado verbas para realizar campanhas contra o feminicídio e para o apoio das vítimas.

No país, dois a cada cinco funcionários públicos de alto escalão, diretores e legisladores são mulheres. E, nos ministérios, representam 17% dos cargos.

Questão Indígena:

A população aborígine na Austrália é estimada em 745.000 indivíduos ou 3% da população total. O país ratificou a Convenção Nº 169 da OIT e, embora tenha votado contra a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) em 2007, ratificou-a em 2009.

A situação da saúde no país é preocupante. A diferença nas taxas de mortalidade permanece 1,7 vezes maior para os aborígines do que para os não-indígenas. O suicídio tornou-se um importante causa de mortalidade prematura para os povos indígenas e, em 2014, foi a quinta causa de morte entre os povos indígenas. As crianças e jovens indígenas são particularmente vulneráveis: os indígenas entre 15 e 24 anos têm cinco vezes mais probabilidade de cometer suicídio do que seus pares não-indígenas e 30% dos suicídios de jovens do país são aborígines. As crianças aborígines são responsáveis por 80% dos suicídios no país de crianças com 12 anos ou menos. Seus salários são três vezes mais baixos do que os dos brancos, o desemprego entre eles é maior, a taxa de mortalidade infantil é alta e a média de vida baixa. Menos de 30% dos originários completam o nível superior e a maioria segue isolada em lugares bem longe da cidade.

República Popular do Bangladesh

Questão LGBT:

A comunidade LGBT em Bangladesh, assim como em vários países da Ásia, enfrenta diversos desafios legais e sociais devido ao preconceito do estado e da sociedade com toda a diversidade sexual que não seja a heterossexualidade e a cisgeneridade. No país, além de não haver leis próprias para essa população, que a proteja e garanta-lhe seus direitos, o estado pune o homossexualismo e o travestismo com multa ou prisão, podendo ser perpétua. Segundo a Human Rights Watch "a discriminação contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) é generalizada em Bangladesh".

A respeito da questão das pessoas transgêneros, o país reconhece, desde 2013, as hijras como um terceiro gênero. As hijras são personagens transexuais da cultura hindu e desta forma são reconhecidos por países que adotam tal tradição religiosa, como Bangladesh. Contudo, tais pessoas também sofrem muita discriminação e rejeição da sociedade.

A educação sexual no país não é uma realidade.

Questão da desigualdade de gênero:

O artigo 28 da constituição de Bangladesh afirma que "as mulheres terão direitos iguais aos dos homens em todas as esferas do Estado e da vida pública". Entretanto, na prática, os resultados não são condizentes. O país possui uma alta taxa de violência contra a mulher, que só aumentou nos últimos anos. Defensoras dos direitos femininos afirmam que muitas mulheres só não denunciam por conta da forte

presença religiosa no país e pela impunidade de casos por parte das autoridades. Em 2012, houve 109.621 denúncias de várias formas de violência, das quais se tomou conhecimento de 18.484, mas apenas 6.875 foram consideradas “legítimas” para ser aberto processo.

Além disso, em Bangladesh existem altos índices de mulheres sendo atacadas por homens com ácido e tendo suas feições completamente desfiguradas. Ocorre muito quando elas negam pedidos de casamento ou cometem adultério e, segundo a ONU, 80% de todos os ataques ácidos se concentram em Bangladesh, Paquistão, Índia e Afeganistão.

Com escolaridade em 42% de mulheres formadas, o país está quase atingindo a escolaridade com igualdade de gênero, contudo, no âmbito político, apenas 5% dos cargos públicos de alto escalão são ocupados pelo gênero feminino, concomitante aos 7% de ministérios ocupados por candidatas.

Questão indígena:

De acordo com o censo de 2011 realizado pelo governo de Bangladesh, a população indígena do país compreende aproximadamente 1.586.141, 1,8% da população total do país

Bangladesh é o lar de mais de 54 povos indígenas que falam pelo menos 35 línguas, juntamente com a maioria da população bengali. O país não adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e os direitos econômicos e políticos dos povos indígenas do país continuam a ser ignorados.

A situação das mulheres indígenas continua sendo alarmante. Os ataques físicos e sexuais tornaram-se um meio comum de serem usados contra mulheres e meninas indígenas, enquanto nenhum dos supostos criminosos foi levado à justiça. Em 2016, Bangladesh foi revisto pela Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW). As observações finais destacam que o governo deveria: "investigar efetivamente todos os relatos de violência baseada em gênero contra mulheres indígenas relacionados à apropriação de terras e tomar medidas para levar os responsáveis à justiça". Em 2017, pelo menos 56 mulheres e meninas indígenas foram agredidas sexualmente

República Federativa do Brasil

Questão LGBT:

O Brasil, apesar de conferir alguns direitos para a população LGBT, é o país que mais mata LGBT no mundo. Apesar da legalidade em relação à adoção e ao matrimônio entre pessoas do mesmo sexo, o país apresenta altas taxas de LGBTfobia, que sempre vêm aumentando devido à falta de uma lei que criminaliza tais crimes de ódios e não trate esses como crimes normais, como ocorre atualmente.

Em relação ao transexualidade, o Brasil é o país que mais mata transexual no mundo. A maioria das pessoas transexuais por conviverem numa sociedade tão preconceituosa

acabam passando dificuldades no mercado de trabalho, e desta forma recorrem à prostituição.

O resultado de todo preconceito e ignorância que ocasionam as situações atuais, pode ser atribuído a não obrigatoriedade das escolas em tratar a educação sexual, trazendo os piores índices do tema na América Latina para o Brasil.

Questão da desigualdade de gênero:

O Brasil não possui uma classificação tão abaixo no índice de igualdade de gênero proposto pela ONU ficando entre o 85º colocado entre 145 países participantes. No quesito educacional, o sistema é satisfatório. Mais da metade dos formandos em universidades são mulheres (61%) e elas passam 0,4 anos a mais estudando do que os homens. Entretanto, a violência contra a mulher cada vez mais crescente e a falta de representatividade na política são os que deixam o país com uma colocação no mundo. O Brasil é o quinto país mais violento para mulheres no mundo, em que a cada hora 503 mulheres sofrem algum tipo de violência. Dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que, em 2018, houve uma média de 164 estupros e mais de 600 casos de violência doméstica por dia. A Lei Maria da Penha, assinada em 2006 e que classifica o feminicídio como um crime hediondo, possui um histórico de impunidade. Apesar de marcar um grande avanço contra a violência de gênero no país, acabou se tornando um dos principais motivos pelos quais 61% das mulheres que sofrem violência não procurem ajuda das autoridades; de cerca de 330 mil processos enquadrados na lei, apenas 33,4% deles foram julgados e 1577 prisões efetivadas. No âmbito político o Brasil tem menos mulheres do que países como o Afeganistão, em que mulheres têm muito menos direitos. Apesar de ter eleito uma presidenta, Dilma Rousseff em 2010, o país ainda só conta com cerca de 15% dos ministérios em mãos femininas.

O aborto no país é legalizado apenas em casos de estupro e em que há risco de vida para a mãe, mas, ainda assim o índice de mulheres que tiveram filhos e disseram não ter planejado a gestação é de 55% e o número de abortos clandestinos ultrapassa os 500 mil por ano.

Questão indígena:

Segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, existem 896.917 indígenas no Brasil. O país votou a favor da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) e da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2016) e assinou a Convenção 169 da OIT.

A Constituição de 1988 reconhece os povos indígenas como os primeiros e naturais proprietários da terra e lhes garante seu direito à terra. A exploração e a extração de riquezas minerais em terras indígenas devem ser realizadas exclusivamente com autorização do Congresso Nacional, depois de ouvir as comunidades envolvidas, que devem ter participação garantida nos benefícios das atividades de mineração. O despejo de povos indígenas de suas terras é proibido.

Após as eleições presidenciais no Brasil em outubro de 2018, Jair Bolsonaro, atual presidente e ex-capitão do Exército brasileiro, apresentou políticas que ameaçam diretamente os direitos e liberdades constitucionais dos povos indígenas do Brasil. Além de questionar os direitos adquiridos e reconhecidos relacionados a esses processos de demarcação, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão federal diretamente ligado à demarcação de terras indígenas, está sendo funcionalmente desativado. Ademais, no primeiro dia de seu mandato (1º de janeiro de 2019) o governo de Jair Bolsonaro aprovou um decreto que atribui a responsabilidade de certificar a proteção dos territórios indígenas ao Ministério da Agricultura, que é conhecido pela defesa dos interesses das empresas que querem acesso a terras indígenas anteriormente restritas e protegidas.

Canadá

Questão LGBT:

O Canadá é um dos países mais "tolerantes" às questões LGBTs das Américas. No país ser LGBT+ é visto naturalmente tanto pela sociedade como pelos órgãos estatais, empresas e partidos políticos, inclusive alguns conservadores. Tal tratamento reflete nas leis que garantem os direitos da comunidade. Muitos direitos como adoção, matrimônio, opção de um terceiro gênero, etc. já são garantidos há bastante tempo. Acerca das pessoas transgêneros, essas podem mudar de nome e sexo legalmente em todas as regiões e territórios do país, sob regras diferentes e sem necessitar obrigatoriamente ter realizado a cirurgia de redesignação sexual. Além disso, a educação sexual no Canadá é obrigatória a partir dos cinco anos, o que permite a formação de cidadãos menos ignorante quanto à questão da sexualidade.

Questão da desigualdade de gênero:

No ranking de igualdade de gênero divulgado pelo Fórum Econômico Mundial o Canadá ocupa a 19ª posição sendo considerado o melhor país do G20 para ser mulher, segundo pesquisas da TrustLaw.

Garantindo educação para todas as idades e leis que condenam casamento infantil e qualquer tipo de violência de gênero, além de acesso a saúde de qualidade, que oferecem todo tipo de serviços destinados a saúde feminina. Dentre eles o aborto é disponibilizado sem limite gestacional e, apesar da maioria deles ocorrer de modo pago, há serviços no país que realizam o procedimento gratuitamente, além da legislação mais flexível que não exige justificativa específica para que o processo abortivo seja realizado.

Na política cerca de 30% dos ministros do Canadá são mulheres, bem como três em cada cinco funcionários públicos de alto escalão também.

Questão indígena:

De acordo com o censo de 2011, 1.400.685 pessoas no Canadá tinham uma identidade aborígene, representando 4,3% do total da população canadense. Os povos aborígenes

no Canadá são desafiados pela lenta implementação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, bem-estar infantil e violência contra as mulheres e meninas indígenas.

Em 2010, o governo canadense anunciou seu apoio à Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2007. Essa decisão foi uma reversão da oposição anterior do Canadá à Declaração, que ele adotou em conjunto com a Austrália, os Estados Unidos e a Nova Zelândia. Todos revisaram sua atitude em relação à Declaração.

O Tribunal Canadense de Direitos Humanos (CHRT) determinou que o Programa de Serviços às Crianças e Famílias das Primeiras Nações (FNCFS), fornecido pelo Governo do Canadá através do Departamento de Assuntos Indígenas e do Norte (INAC), negou serviços de assistência infantil a muitos Nações Crianças e famílias que vivem nas reservas. Apesar de acolher a decisão e jurando agir, o governo canadense não cumpriu.

O racismo contra os indígenas existe e o sentimento de exclusão acaba os enfraquecendo psicologicamente. Segundo dados do país, existem 2X mais famílias aborígenes vivendo na pobreza do que famílias de outras origens, a violência conjugal e alcoolismo fazem parte da vida de muitos deles.

No final de 2016, o primeiro-ministro anunciou novos mecanismos bilaterais entre o governo federal e os três órgãos representativos nacionais dos povos indígenas: a Assembleia das Primeiras Nações, Inuit, Tapiriit, Kanatami e a nação Métis (grupos de povos aborígenes reconhecidos pelo Canadá). Essa relação formalizada entre o governo federal e os povos indígenas é certamente um passo para melhorar os relacionamentos e trabalhar de maneira mais colaborativa.

República do Chile

Questão LGBT:

O Chile, que já foi um país bastante conservador, vem com o tempo evoluindo quanto à questão LGBT. Apesar de muitas conquistas para a comunidade LGBT no país, direitos como matrimônio e adoção ainda estão em processo de discussão. Além disso, o tabu que hesita sobre falar da sexualidade foi consideravelmente desconstruído, sendo que atualmente boa parte da população apoia o respeito à comunidade LGBT. A respeito das pessoas transgêneros, essas possuem amplos direitos. Desde 2012, a Lei nº 20.609 proíbe quaisquer tipos de discriminação com base na identidade de gênero e desde 2013 a Lei de mudança de gênero (Lei nº 21.120) permite legalmente a mudança de nome e sexo em documentos oficiais.

A educação sexual obrigatória nas escolas chilenas inclui os ensinamentos básico, secundário e pré-escolar.

Questão da desigualdade de gênero:

Os dados do Chile referentes a garantias dos direitos femininos são condizentes com os dos demais países da América Latina.

A taxa de mortalidade materna é de 16 a cada 100 mil nascidos vivos, segundo dados de 2015, e a gravidez em adolescentes só são registrados em 12% dos casos, segundo o Observatório de Igualdade de Gênero. O aborto, após um longo período de debate em 2016, ele foi legalizado apenas em casos de inviabilidade do feto, risco de vida para a mãe e estupro.

A legislação do país contra o assassinato de mulheres, apesar de possuir mecanismos que aumentam a pena de acordo com agravantes, ainda não consideradas suficientes para suprir o índice de feminicídios que vem aumentando cada ano mais, já que elas enquadram principalmente os ex-companheiros como assassinos ou o pai de um filho da vítima, desconsiderando os casos de que quando o pai é o abusador ou o atual parceiro é o responsável pelo crime.

O Chile já possuiu uma presidenta, Michelle Bachelet, que foi eleita em 2006 e, segundo dados de 2015 divulgados pelo Fórum Econômico Mundial, 35% dos cargos do poder legislativo e ministérios são ocupados por mulheres. Mas a nação é uma das 29 no mundo que não permitem que uma mulher seja designada como “chefe de família”.

Questão indígena:

Há 1.565.915 indígenas no Chile, ou seja, 9% da população nacional e nove grupos indígenas diferentes.

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas foi adotada pelo Governo do Chile em 13 de setembro de 2007 e a Convenção 169 da OIT foi ratificada em 2008. No entanto, o Chile é o único país da América Latina que não reconhece os povos indígenas em sua constituição. Deste modo, os grupos indígenas enfrentam desafios, especialmente em termos de direitos territoriais. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, 30,8% da população indígena vivem na pobreza, enquanto para a população não indígena esse percentual é de 19,9%. A região de Araucanía, que concentra a maior população indígena, continua sendo a região mais pobre do país.

Uma luta contínua pelos povos mapuches é o direito às terras e territórios que lhes pertencem legal e/ou ancestralmente. Na Região da Araucanía e Los Ríos, os direitos do povo mapuche foram gravemente ameaçados pela expansão de projetos de extrativismo, produção e infraestrutura. A grande maioria dessas iniciativas pertence a empresas privadas.

República Popular da China

Questão LGBT:

A China possui uma cultura em que as pessoas LGBTs não são bem vistas e desta forma é um grande desafio para essas viver na sociedade da mesma forma que os indivíduos heterossexuais e cisgêneros vivem.

Um dos poucos direitos garantidos, especificamente para as pessoas transgêneros, é a possibilidade de mudar de gênero. Porém muitos outros não são assegurados, como leis de proteção, matrimônio, adoção, etc. Socialmente, mesmo não sendo tão rígido

como em outros países da Ásia, a pessoa LGBT+ não é bem vista e muitas preferem não revelarem sua verdadeira sexualidade.

A China está passando por uma revolução sexual, isto é, o país está tentando quebrar o tabu da diversidade sexual, estabelecido principalmente pela política do Filho Único, a qual restringiu o número de filhos que uma família chinesa poderia ter.

Questão da desigualdade de gênero:

A constituição chinesa garante as mulheres todos os direitos básicos como educação, saúde e, apesar de em passos lentos, tem concedido as mulheres mais liberdade.

Ainda assim, a questão do feminicídio na China ainda é um problema: a primeira lei contra violência doméstica só foi entrar em vigor em 2016 e a maioria dos casos não consegue ganhar os processos no tribunal. Só na cidade de Jinan, dos 142 pedidos de divórcio por abuso apenas 14 conseguiram ser aprovados, e em todos esses o resultado do processo se dava por um fator: o agressor confessava.

O aborto é permitido no país para preservar a saúde mental ou nos casos em que a saúde da gestante está prejudicada.

As mulheres ainda são bem minoria na política compondo apenas 12% dos cargos, segundo dados de 2015, e 17% dos cargos de alto escalão. Além de que, agora que não há mais subordinação ao homem da família e elas tem o direito de cursarem uma faculdade, representam 51% dos formandos em universidades.

Questão indígena:

O governo reconhece 55 povos de minorias étnicas em território chinês. Embora o governo da China tenha adotado a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, ele não reconhece o termo 'povos indígenas', portanto, a Declaração não é implementada na China.

De acordo com os últimos dados do governo do censo nacional de 2010, a população de minorias étnicas é de 111.964.901 pessoas ou 8,4% da população total do país. Ainda existem grupos étnicos não reconhecidos na China, totalizando 640.101 pessoas.

A República Popular da China efetivamente votou em apoio à Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007 (UNDRIP) (Assembléia Geral da ONU de 2008). Porém, negou qualquer obrigação sob a declaração, proclamando que não havia povos indígenas na China.

República da Colômbia

Questão LGBT:

A Colômbia é bastante progressista em relação às questões LGBT+. O país, desde a descriminalização das atividades homossexuais em 1981, vem oferecendo diversos direitos fundamentais para essa população e hoje é um dos melhores países das Américas quanto ao assunto.

A respeito das pessoas transgêneros, essas podem mudar legalmente seu gênero, independente de exames psiquiátricos ou físicos.

A educação sexual no país é restrita para o ensino médio e superior, desde 2007.

Questão da desigualdade de gênero:

A desigualdade de gênero no país é considerada pequena se comparada em relação a outros países, ficando na 42ª posição do índice de igualdade de gênero. Ainda assim, a questão da violência de gênero necessita de muito para ser extinta. A Colômbia assinou um tratado de paz em 2016, pondo fim a 60 anos de um dos conflitos armados mais violentos da América Latina, mas que, infelizmente, não retornou ao seu ritmo normal. As seis décadas de conflito deixaram principalmente a marca da violência contra mulher e do abuso sexual sofrido por elas nas zonas de guerra. Além de que muitos grupos guerrilheiros e gangues ainda permanecem na ativa no país o que só é uma agravante para a situação abusiva de muitas colombianas. Dentre as 38.500 denúncias de abuso sexual, apenas 8% delas acabaram em condenações definitivas pela justiça.

O sistema de saúde da Colômbia oferece métodos contraceptivos e o aborto é admitido em caso de risco à saúde física e mental da mãe, e em casos de estupro, incesto e deformidade severa do feto. O número de empresas que realizam esse procedimento no país é maior do que nos demais da América do Sul e, mesmo o custo sendo alto – cerca de seis mil reais – muitas mulheres imigram para o país com o objetivo de abortarem.

Na educação, cerca de 55% dos formandos em faculdades são mulheres e elas também são maioria nos cargos públicos de alto escalão.

Questão indígena:

A população indígena na Colômbia é estimada em 1.500.000 habitantes, o que representa 3,4% da população. Com esses dados, evidencia-se que a população indígena tem crescido nos últimos anos, já que em 1993 essa porcentagem populacional era apenas de 1,6%. Juntamente com muitos camponeses e afro-colombianos, muitos povos indígenas no país continuam a lutar contra o deslocamento forçado e a falta de terra como resultado do longo conflito armado na Colômbia.

O Governo da Colômbia adotou a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas em 2007. A Constituição Política de 1991 reconheceu os direitos fundamentais dos povos indígenas e ratificou a Convenção 169 da OIT. Em nível nacional, os povos indígenas são representados por duas organizações principais: "Organização Nacional Indígena da Colômbia" (ONIC) e "Autoridades Indígenas da Colômbia" (AICO)

Gabriel Muyuy, diretor do Programa Presidencial para Povos Indígenas, diz que a situação na Colômbia é “crítica pela falta de segurança alimentar; pela presença de atores armados ilegais em seus territórios; por cultivos ilícitos e tráfico de drogas; por causa da fraca presença institucional; pela falta de projetos de políticas públicas, e críticas também porque sua distância (geográfica) dificulta a atenção rápida ”.

República Popular Democrática da Coreia

Questão LGBT:

Ser LGBT na Coreia do Norte é um grande desafio. No país, questões de sexualidade e gênero não são colocadas em pautas, e os norte-coreanos crescem completamente ignorantes em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Trata-se de uma questão cultural do país, as pessoas vivem com base nos aspectos conservadores, que estabelecem desde cedo a heterossexualidade e a cisgeneridade. Desta forma, torna-se muito mais difícil um norte-coreano LGBT compreender sua própria identidade e ter conhecimento da sua sexualidade, pois o assunto não é tratado socialmente e por isso não existem leis ao seu favor.

Apesar de não existir nenhuma lei explícita a respeito dos LGBTs, o código penal nacional contém artigos que dependendo da interpretação, podem ser usados contra essa comunidade.

Por fim, a educação sexual nas escolas do país não é uma realidade.

Questão da desigualdade de gênero:

Pouco se sabe efetivamente acerca da situação vivenciada pelas mulheres norte-coreanas, graças ao fato de que o país é extremamente fechado e algumas regiões não são acessíveis para estrangeiros.

Mesmo a constituição garantindo direitos para o sexo feminino de forma igualitária, os relatos obtidos mostram uma realidade completamente diferente. Um relatório divulgado pela organização HumanRightsWatch demonstra que as mulheres são tratadas como objetos e a violência sexual se tornou endêmico e naturalizada no cotidiano dos moradores do país, que convivem com ela diariamente. Segundo os norte-coreanos ouvidos quando um funcionário numa posição de poder “escolhe” uma mulher ela não tem opção que não seja obedecer a qualquer pedido que ele faça, seja relativo a sexo, dinheiro ou outros favores.

Na política as norte-coreanas se encontram em todas as posições, podendo até mesmo fazer parte das forças armadas e representam 16% do poder legislativo do país.

O aborto é legalizado sem qualquer tipo de restrições no território.

República da Coreia

Questão LGBT:

A Coreia do Sul, embora esteja progredindo consideravelmente quanto aos direitos LGBT+, ainda carece de muitos outros e persiste em aspectos conservadores que impedem o avanço de uma vida melhor para esse grupo. Além disso, o tabu a respeito da diversidade sexual dificulta o processo de descoberta e posteriormente a revelação para amigos e família, tendo em vista que o indivíduo poderá ser julgado socialmente ou até excluído do núcleo em que vive.

Sobre as pessoas transgêneros, essas podem realizar a cirurgia de redesignação sexual a partir dos 20 anos de idade, sem estarem em nenhum relacionamento e não possuírem filhos. Além disso, a mudança de gênero e identidade em documentos legais podem ser alterados sem a obrigatoriedade da cirurgia.

A educação sexual é passada nas escolas com base em cada nível escolar (primário, secundário e médio), os quais tratam de diferentes assuntos conforme a faixa etária dos estudantes.

Questão da desigualdade de gênero:

A Coreia do Sul possui um multifacetado perfil em se tratando das questões de igualdade entre homens e mulheres. Enquanto Seul, sua capital, é considerada uma das cidades mais amigáveis em termos de gênero, com toda uma infraestrutura que suporta todos os serviços que as mulheres podem necessitar no dia a dia, o país ocupa a posição mais inferior dentre os países desenvolvidos no índice de igualdade de gênero, ocupando o 115º lugar.

As mulheres sul-coreanas, apesar de terem a natalidade mais baixa do mundo, têm cada vez menos vontade de serem mães, dado o valor que se tem no país de que ao se ter filhos deve-se abrir mão da carreira profissional. O aborto, portanto, é legalizado no país apenas em casos em que as mulheres possuem risco de vida.

Na questão de violência e impunidade o país também tem muito no que evoluir; uma pesquisa realizada pelo Instituto de Criminologia da Coreia mostrou que, dos 2.000 homens entrevistados, 80% assumiu que já abusou física ou psicologicamente de suas parceiras.

Apesar de ter tido uma presidenta mulher, os mandados de ministérios comandados pelas norte-coreanas são escassos chegando a apenas 6% e apenas 11% dos cargos políticos de maior poder são destinados a elas.

República da Costa Rica

Questão LGBT+: A Costa Rica evoluiu muito quanto aos direitos LGBT+ nos últimos tempos. Apesar dos vários direitos conquistados desde a legalização das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, em 1971, o país ainda carece de direitos fundamentais para os LGBTs, como o casamento e a adoção por parte de casais homoafetivos.

A respeito dos indivíduos transgêneros, esses podem alterar diversas informações em documentos legais, com base na sua identidade de gênero, tais como foto, nome, sexo, etc. Além disso o sistema estadual de saúde financia as terapias de reposição hormonal para as pessoas transexuais.

Questão de desigualdade de gênero:

A Costa Rica configura a posição 28º no índice de igualdade de gênero de 2016. É um dos menores países da América Latina, mas, ainda assim, um dos que mais tem lutado pela inclusão equitativa das mulheres.

Na questão de direitos reprodutivos o índice de mortalidade materna é baixo, apenas 25 mulheres morrem, a cada 100 mil nascidos vivos, por complicações durante ou após o parto no país. Apesar disso, o Pacto de San José inviabiliza em partes a legalização do

aborto no país, que é permitido apenas em casos de gravidez ou decorrente de estupro ou prejudicial à saúde da mãe.

A nação possui a Lei de Violência Doméstica, garantia de diversas medidas que podem ser acionadas por vítimas das agressões especificadas no terceiro artigo da lei, o que ajudou a diminuir os casos de morte, embora permaneçam altos.

O índice de mulheres formadas no ensino superior é de 63% e o número de mulheres que ocupam cargos políticos ultrapassa os 40%.

Questão indígena:

Cerca de 2,4% da população do país é composta por indígenas. Embora a Costa Rica tenha adotado a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e ratificado a Convenção 169 da OIT, os direitos à terra e à autodeterminação ainda são uma luta para a população indígena do país. Os direitos territoriais indígenas são constantemente violados no país e mais da metade da área de alguns territórios é ocupada por colonos não indígenas. Na Costa Rica, as terras indígenas foram tituladas sem um processo prévio de regularização e o Estado não tomou nenhuma medida para corrigir a situação atual.

República de Cuba

Questão LGBT:

A ilha de Cuba é um país em que a pessoa LGBT enfrenta alguns desafios legais durante sua vida. Apesar da comunidade LGBT ter adquirido muitas conquistas durante sua história no país, ainda há direitos não concedidos à essa população. Como por exemplo, a ilegalidade do casamento e da adoção por parte de pessoas do mesmo sexo. Recentemente a comissão encarregada da redação final da nova Constituição de Cuba removeu uma emenda que possibilitaria o casamento homossexual na ilha.

Além disso, a respeito da comunidade trans, essa apesar de possuir gratuitamente a cirurgia de redesignação sexual fornecida pelo governo gratuitamente e a possibilidade da mudança de identidade, não está incluída na lei que proíbe a discriminação no emprego por orientação sexual, o que leva muitas pessoas transexuais para a marginalização e a prostituição.

Apesar de tudo, a educação em Cuba é referência e trata integralmente sobre a sexualidade, o que faz com que, segundo a ONG SavetheChildren, o país seja o melhor lugar da América Latina e do Caribe para oferecer melhores possibilidades e desenvolvimentos para as meninas.

Questão da desigualdade de gênero:

Cuba é um dos países com baixo índice de desigualdade de gênero, ocupando a 29ª posição no ranking. As mulheres cubanas têm tido um papel fundamental no desenvolvimento econômico. Atualmente, elas representam 48% dos cargos estatais e

45% das altas posições de direção. Da mesma forma, integram 75% do pessoal de saúde, quase metade das ocupações científicas e mais de 66% da força de trabalho de maior qualificação. Tal situação se deve ao fato de Cuba ter sido o primeiro país a cumprir as metas estabelecidas pela Unesco sobre educação e, hoje, ter 99,7% da população sabendo ler e escrever.

Apesar de ser líder em todos esses pontos de desenvolvimento, a violência doméstica ainda é um desafio a ser vencido. Uma em cada três mulheres maiores de 15 anos já sofreu violência de seu companheiro. O governo, no entanto, adere a muitas campanhas, entre elas as propostas pela ONU, e financia programas de apoio a vítimas de agressões e abusos.

Reino da Dinamarca

Questão LGBT:

O país da Europa é um dos melhores lugares para a população LGBT, estando entre os 10 primeiros colocados da Europa pela “Rainbow Index” que avalia questões a respeito das relações dos países com a comunidade LGBTQ. A Dinamarca oferece amplos direitos e leis que garantem a proteção dessa população contra a LGBTfobia.

A população transexual dinamarquesa tem seus direitos garantidos tanto no trabalho como na educação, pois há leis que proíbem quaisquer discriminações contra ela e a possibilidade de denúncia caso sofra algum abuso. Além disso, as pessoas transexuais encontram ótimas condições na saúde pública para realizar sua “transformação” e possuem o direito de mudar sua identidade legalmente.

Nas escolas, a educação sexual é obrigatória desde 1971, as questões da sexualidade humana são expostas desde muito tempo para os jovens, o que explica a boa relação do governo e da sociedade com a comunidade LGBT.

Questão da desigualdade de gênero:

A Dinamarca é o 14º país com mais igualdade de gênero do mundo, segundo o Fórum Econômico Mundial. A nação conta com uma ótima qualidade de vida e bons serviços fornecidos pelo Estado, como saúde e educação. O índice de mortalidade materna é de seis óbitos a cada 100 mil nascidos vivos e o aborto é gratuito e pode ser realizado até a 12ª semana desde 1973, sendo um dos países pioneiros.

A taxa de violência doméstica é a maior de toda a União Europeia, cerca de 52% das dinamarquesas relatam algum tipo de abuso, contra 33% da média da Europa. Contudo, especialistas afirmam que o número elevado se deve aos valores da sociedade do território, que geram mecanismos mais eficientes de denúncia, já que lá cada vítima recebe por volta de três meses de atenção de um centro de apoio público, por exemplo.

Em 2011, foi eleita a primeira chefe de governo do país, HelleThorning Schimdt, e as mulheres ocupam boa parte dos cargos políticos: no Parlamento 40% das cadeiras são de mulheres, bem como 30% dos 19 ministérios do país. As dinamarquesas

comemoram em 2015 o centenário da concessão do direito do voto feminino, momento que tornou o país um dos pioneiros no sufrágio para as mulheres.

República Árabe do Egito

Questão LGBT:

No Egito, assim como em muitos países do continente africano, a comunidade LGBT+ enfrenta grandes dificuldades. Mesmo aceitando a homossexualidade, o país não possui nenhuma lei específica que fale sobre a população LGBT, levando essa a um grande desafio no quesito legal. Além disso, por ser um país mulçumano, a LGBTfobia e o machismo estão muito presentes, devido aos aspectos conservadores e contrários a homossexualidade da religião islâmica.

A respeito da comunidade transexual, essa não tem nenhum direito sobre sua identidade e nem a possibilidade de transformação na saúde pública. Além disso, tendo em vista que a mulher cis e hétero já sofre devido ao patriarcado e o machismo, é claro que uma mulher trans enfrentará desafios muito maiores na sociedade. Na questão da educação sexual, essa está longe de ser uma realidade nas escolas egípcias, devido a toda a lgbtfobia por parte do estado, da sociedade e da religião islâmica

Questão da desigualdade de gênero:

O Egito foi eleito o pior país do mundo árabe para mulheres, segundo a pesquisa realizada pela Fundação Thompson-Reuters.

Segundo um relatório da ONU, 99,3% das egípcias estão sujeitas a serem assediadas e abusadas sexualmente. Existem regiões em que a economia é baseada no tráfico de mulheres e no casamento forçado. Outro problema é a mutilação genital feminina que atinge 91% do sexo feminino no país. De todos os casamentos ocorridos no país, 15% deles envolviam crianças.

Dos ministros de governo, 12% são mulheres e 7% delas estão em cargos de alta gestão no país.

O aborto é permitido apenas quando envolve risco de morte da mãe e as grávidas possuem direito a três meses de licença maternidade remunerados, e licença de um ano sem salário.

República do Equador:

Questão LGBT+: O Equador foi um dos primeiros países a proibir a discriminação de acordo com a orientação sexual e é um dos únicos do mundo que banuiu a terapia de conversão. Contudo, apesar de conferir diversos direitos para a comunidade LGBT+, ainda carece de alguns, como a ilegalidade do casamento e da adoção por parte de pessoas do mesmo sexo.

A respeito dos transgêneros, esses podem declarar sua identidade de gênero com base em sua autodeclaração e desta forma alterar em documentos oficiais, sem necessitar de quaisquer tratamentos médicos.

A questão da educação sexual, segundo a ministra coordenadora da Política, Betty Tola, é um direito da cidadania, pois está previsto na constituição "o direito a tomar decisões livres, responsáveis e informadas sobre sua saúde e vida reprodutiva e a decidir quando e quantas filhas e filhos ter".

Questão de desigualdade de gênero:

O Equador é um dos mais avançados países da América Latina em questão de igualdade de gênero ocupando a 30ª posição no ranking.

A proporção de partos realizados com auxílio de profissionais de saúde bem capacitados é de 96% e o índice de morte é de 64 a cada 100 mil procedimentos bem realizados. Em 2017, foram registrados 96 casos de mulheres mortas por parceiros ou ex-companheiros, um número grande, porém inferior a média da maioria dos países em seu arredor.

Dois a cada cinco funcionários públicos de alto escalão são mulheres e 24% dos ministérios são também ocupados por elas.

Questão indígena:

A população indígena no Equador é de aproximadamente 1,1 milhão de pessoas. O Equador votou a favor da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas em 2007 e ratificou a Convenção 169 da OIT. No entanto, esses povos não tem garantias plenas de direitos civis, políticos, culturais e territoriais, além da intensa presença de mineradores em áreas indígenas.

Reino da Espanha

Questão LGBT:

A Espanha é um dos países da Europa com melhores condições para o público LGBT, estando entre os 10 primeiros do ranking feito pela "RainbowIntex" sobre a relação dos países europeus com questões LGBTs. O país apesar de possuir uma história muito conservadora em relação aos homossexuais e transexuais, devido a radicalidade do cristianismo, evoluiu consideravelmente e hoje é um dos países mais abertos para a comunidade LGBT. Muitos direitos para os LGBTs já são realidade na Espanha, sendo algum deles adquiridos a bastante tempo como o casamento entre pessoas do mesmo sexo garantido em lei em 2005.

As pessoas transexuais no país possuem amplos direitos e leis que protegem elas de quaisquer discriminações, ato LGBTfóbicos e inclusive garantem sua identidade de gênero com a possibilidade de mudança de nome e sexo garantida pelo governo.

A questão da educação sexual na escola espanhóis ainda gera debate, uma vez que essa não é tida como obrigatória, fazendo com que os estudantes aprendam por si mesmos ou através dos professores e de programas escolares, afinal, não é proibido falar sobre o assunto nas escolas espanholas. Muitos especialistas, professores e alunos pedem pela criação de uma matéria específica para a educação sexual, para que os jovens aprendam sobre a sexualidade de maneira certa e confiável.

Questão da desigualdade de gênero:

A Espanha é um país que defende a igualdade de sexos, mas que ainda tem um longo caminho a percorrer, mesmo possuindo a posição 25º no ranking de países com menos desigualdade de gênero. O principal desafio se concentra na inclusão de mulheres dentro do mercado de trabalho e na violência, nesta última situação, possuindo uma taxa alta para os padrões da Europa Ocidental com uma média de 60 casos por ano, o que fez o governo do país se alarmar com o número que só cresce nos últimos anos. Dentre as denúncias feitas, 60% são de agressões físicas e apenas 1% são feminicídios. O governo recém-eleito, no entanto, por possuir ideais de extrema-direita, propôs a revogação da lei contra violência de gênero, a rejeição do aborto pelo sistema de saúde pública – que atualmente é legalizado até a 14ª semana – e das listas eleitorais com número equivalente entre os gêneros – a Espanha conta com 40% do parlamento sendo feminino – e a supressão de órgãos feministas radicais. Manifestações de mulheres têm enchido as ruas do país, afirmando que tais medidas ameaçam a emancipação feminina e seria um retrocesso para o país.

Estados Unidos da América

Questão LGBT:

Nos EUA os LGBTs em geral possuem amplos direitos e proteção por parte do estado, apesar de encontrarem problemas em alguns estados. Nos EUA cada estado é autônomo, ou seja, possuem uma liberdade moderada para criar leis e tomar decisões na região que se encontra, porém um órgão chamado Suprema Corte, sendo o mais alto tribunal federal do país, tem a capacidade de estabelecer leis nacionais, como por exemplo a lei que permite o casamento homoafetivo, criada em 2015. Além de tal leis, existem muitas outras específicas que tratam sobre a pessoa LGBT.

A comunidade trans no EUA possui diversos direitos, porém esses estão sendo colocados em debate nos últimos anos pelo então presidente Donald Trump. Trump deseja revogar algumas leis que podem prejudicar a pessoa transexual, como a lei que possibilita o alistamento de transgêneros no exército e até a que permite a utilização do banheiro de acordo com o gênero com o qual se identificam. Além disso o presidente propôs que o gênero de uma pessoa seja definido pela genitália. A respeito da educação sexual nas escolas, ela varia de estado pra estado, – atualmente, 24 Estados e o distrito de Columbia têm leis sobre o tema, e 34 Estados promovem aulas sobre prevenção da Aids. Ainda assim, a abordagem de assuntos relacionados à sexualidade tem amplo apoio no país. Segundo pesquisa da Planned

Parenthood, ONG que oferece serviços de saúde reprodutiva, 93% dos pais são favoráveis à educação sexual já no ensino fundamental.

Questão da desigualdade de gênero:

Os Estados Unidos possuem uma legislação que estabelece todos os cidadãos como iguais, sem qualquer restrição.

O Congresso dos Estados Unidos possui uma lei, aprovada em 1994, chamada “Lei da Violência contra a Mulher”, que também criou o escritório contra esse tipo de violência no Departamento de Justiça. Nos últimos anos os esforços estadunidenses têm culminado na diminuição de 30% dos casos de mulheres mortas por ex-parceiro ou parceiro e de dois terços em relação às agressões domésticas.

A nação norte-americana é a única do mundo desenvolvido que não possui licença maternidade remunerada; mesmo assim, legaliza o aborto sob qualquer condição. 43% dos funcionários públicos de alto escalão e 26% dos ministros são mulheres.

Questão indígena:

Os povos indígenas nos EUA são principalmente povos indígenas americanos e povos nativos do Alasca. Em maio de 2016, 567 entidades tribais foram reconhecidas pelo governo federal.

Em 2010, os Estados Unidos anunciaram que apoiariam a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas como orientação moral depois de votar contra em 2007.

No entanto, ela não ratificou a Convenção 169 da OIT, um instrumento jurídico internacional que lida especificamente com os direitos dos povos indígenas e tribais. Cerca de 2,5 milhões, ou 0,8% da população, identifica-se como índio americano ou nativo do Alasca sozinho. Embora os indicadores socioeconômicos variem amplamente em diferentes regiões, a taxa de pobreza para aqueles que se identificam como índios americanos ou nativos do Alasca é de cerca de 27%.

Políticas consistentes com a diminuição dos direitos territoriais tribais, a soberania e a contribuição para questões de terra e recursos se multiplicaram sob a administração Trump.

República Francesa

Questão LGBT:

A França é um dos melhores países para a comunidade LGBT, pois apresenta uma grande gama de direitos e leis para esse público. O país, em 1791, foi o primeiro do mundo a descriminalizar as relações entre pessoas do mesmo sexo, tendo em 1982 figurado no conjunto de leis francesas de forma definitiva. Além disso, apresenta diversas outras leis que permitem uma boa vida para a população LGBT.

No público trans não é diferente, as pessoas transexuais podem mudar sua identidade, tendo realizado ou não a cirurgia de redesignação sexual.

A respeito da educação sexual, ela é implementada na escola nos ensinos primários e secundários.

Questão da desigualdade de gênero:

No ranking de igualdade de gênero feito pelo Fórum Econômico Mundial em 2015, a França ocupa a 15ª posição, sendo um dos países com oportunidades mais equitativas do mundo.

O sistema de saúde é bem desenvolvido e o total de óbitos é de apenas oito a cada 100 mil partos realizados. O aborto também é completamente legalizado, mas a constituição não garante os demais direitos reprodutivos.

A violência doméstica, porém, ainda é uma questão agravante. Estima-se que diariamente mais de 250 mulheres sejam violentadas e, segundo a Agência da União Europeia para Direitos Humanos, apenas 8% de todos os casos de violência doméstica recebem denúncias.

Nas assembleias do país as mulheres representam 50% de todos os mandatos e nas universidades compõem 56% de todos os formandos.

República das Honduras

Questão LGBT:

Em Honduras, onde o machismo e o LGBTfobismo estão muito presentes, a comunidade LGBT enfrenta diversos problemas. Apesar de o país ter legalizado as relações sexuais homoafetivas em 1899 e hoje em dia apresentar artigos na constituição que protegem o LGBT+ da discriminação, ainda há diversos direitos não conquistados e um grande preconceito social. O casamento e a adoção por parte de pessoas do mesmo sexo, por exemplo, são proibidos constitucionalmente desde 2005. Além disso, uma pesquisa do instituto Gallup de 2018 CID descobriu que 75% dos hondurenhos são contra o casamento homoafetivo, 17% apoiava e o resto não sabia ou não quis responder.

Sobre a população transexual em Honduras, essa além de não ter o direito de mudar de gênero, pode sofrer perseguições e ataques de ódio, visto que o país é um dos que mais mata transexuais nas Américas Central e do Sul, segundo dados da ONG TransgenderEurope.

Por conta do alto preconceito, a educação sexual nas escolas hondurenha não é uma realidade.

Questão da desigualdade de gênero:

Honduras fica na colocação 80ª do ranking de igualdade de gênero, na média dos demais países. A nação é um Estado em transição e a ONU já elogiou o governo que tenta incluir emendas constitucionais que tipifiquem o feminicídio e lutem contra a desigualdade, mas é preciso bem mais para melhorar a segurança feminina. O país possui um dos índices mais altos de violência – 11 mortas diariamente, além de uma taxa de nove em cada dez meninas com relatos de abuso sexual - que só vem aumentando nos últimos anos e não puni os agressores em cerca de 90% dos casos.

A maioria dos formandos em universidades (63%) são mulheres e, na política, representam dois em cada cinco funcionários de alto escalão ou diretores de setores e mais de 17% dos ministérios.

A taxa de mortalidade materna é de 129 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos.

República da Indonésia:

Questão LGBT+: A indonésia, devido aos costumes tradicionais e a influência da religião muçulmana, é um ambiente hostil quanto à questão LGBT+. A homossexualidade apesar de ser legal em boa parte do país, exceto nas províncias de Aceh e na cidade de Palembang, é vista com más olhares pela população, levando muitos residentes LGBTs a não se assumirem para amigos e familiares. Além disso, a carência de direitos no país dificulta ainda mais a vida dessas pessoas. A respeito dos transgêneros, esses são mais aceitos que os gays, lésbicas e bissexuais, devido a cultura do país e podem mudar de gênero após a cirurgia de redesignação sexual e a autorização de um juiz. Contudo, a transfobia ainda está bastante presente contra esse grupo e o estado não disponibiliza nenhuma lei que proíba essa discriminação.

Questão da desigualdade de gênero:

A Indonésia ocupa a 92ª posição no índice de igualdade de gênero de 2015, que totaliza 145 países participantes da pesquisa. A nação possui a maior população seguidora do islamismo do mundo, 88% dos habitantes compartilham dessa fé, e, embora o Estado seja laico, ativistas e ONG's tem denunciado um aumento do fundamentalismo religioso ao longo dos anos.

Recentemente, em 2018, houve uma série de protestos no país realizados por mulheres e membros da comunidade LGBT, que reivindicavam mudanças nas novas leis promulgadas, sob o argumento de que feriam a liberdade dessas minorias. Dentre as novas medidas está à penalização da distribuição dos anticoncepcionais, o que representa um retrocesso nos direitos reprodutivos femininos. O aborto no país é permitido apenas em casos específicos durante as primeiras semanas da gravidez, mas ainda assim ocorrem casos como o de 2018, em que uma menina de 15 anos foi presa após ter sido estuprada por seu irmão e realizado aborto aos seis meses de gestação.

A Indonésia também é a campeã de assédio sexual no trabalho.

Nas questões de autonomia política, as mulheres ocupam 23% dos ministros públicos.

Questão indígena:

A Indonésia tem cerca de 60 milhões de indígenas. O país adotou a declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, mas o governo não aceita plenamente o conceito de povos indígenas. Os maiores desafios dos indígenas são a intensa marginalização e atos de violência. Além disso, a gestão de casos de violência e

criminalização dos povos indígenas tornou-se mais complicada em 2016, especialmente com o surgimento de novos tipos de conflitos relacionados à infraestrutura e barragens, e a intervenção militar mais óbvia em tal violência e criminalização.

República da Índia

Questão LGBT:

A Índia vem avançando nos últimos anos na questão LGBT+. Uma das principais mudanças recente no país foi descriminalização da homossexualidade em 2018, carregada de leis anti-discriminação a pessoa LGBT. Contudo, o país ainda não disponibiliza amplos direitos para essa comunidade, tendo ainda muitos direitos pendentes.

Acerca da questão da população trans essa é bem diferente das pessoas que são membros LGBTs devido à orientação sexual. No país, há uma grande aceitação às pessoas transexuais, pois em sua história e literatura existem diversos personagens transexuais, como os Hijras. Logo muitos direitos e oportunidade são garantidos a pessoa trans na Índia, como a mudança de identidade e a escolha de um “terceiro gênero”.

A respeito da educação sexual nas escolas indianas, o tema é um tabu, já que não existe nenhuma lei que inclua o ensino da sexualidade humana para os jovens.

Questão da desigualdade de gênero:

A vida das mulheres na Índia está longe de ser fácil. O país é um dos mais perigosos para o sexo feminino no mundo.

Mais de 63 milhões de mulheres estão faltando no país graças ao aborto seletivo, que consiste em mulheres buscarem o aborto sempre que se sabe que é uma menina. Os motivos variam muito, indo desde questões culturais em que nascimentos de meninos são celebrados, até o medo das famílias pelas dívidas que farão com o dote quando a criança for se casar. Ambos, o dote e o aborto seletivo são ilegais no país, mas a tradição prevalece e, mesmo quando as meninas nascem, são menos bem cuidadas do que os irmãos, recebendo menos atendimento médico, comida, amamentação, etc. Muitas vezes a própria família induz o aborto batendo no ventre da gestante e 12 milhões de abortos seletivos foram realizados nas últimas três décadas.

A violência de gênero é extremamente agravante no país e o governo considera o aumento desta como uma vergonha nacional dado o seu recente crescimento econômico, o que fez com que novas leis que protegem mulheres fossem criadas, mas que não surtiram efeito. Dados oficiais apontam que entre 2007 e 2016 o número de feminicídios e agressões aumentaram 83% e outros índices mostram quatro mulheres estupradas a cada hora. Segundo o Centro Internacional de Pesquisa sobre a Mulher, apontam que 45% das indianas se casam antes dos 18 anos de idade.

As mulheres, contudo, estão cada vez mais tomando espaço no mercado de trabalho, se formando como burocratas, engenheiras, médicas, advogadas e policiais e,

inclusive, com a permissão de usarem roupas ocidentais se assim desejarem. As taxas de alfabetização subiram de 53% para 65% em 10 anos. E, apesar da Índia ter elegido uma primeira-ministra em 1966, atualmente, as indianas representam 22% dos ministros de governo.

Questão indígena:

Na Índia, existem 705 grupos étnicos oficialmente reconhecidos como "Tribos Agendadas", embora existam vários grupos étnicos que também são considerados Tribos Cronológicas, mas não são oficialmente reconhecidos. A Índia tem várias leis e disposições constitucionais, como o Quinto Programa para a Índia Central e a Sexta Lista para certas áreas do nordeste da Índia que reconhecem os direitos dos povos indígenas à terra e ao autogoverno, mas sua implementação está longe de ser satisfatória. A Índia votou a favor da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

De acordo com o último relatório (Crime in India 2016) do Departamento Nacional de Registros Criminais (NCRB) do Ministério do Interior, foram registrados no país 6.568 casos de crimes contra povos indígenas em 2016, em comparação com 10.914 casos em 2015, o que mostra uma diminuição substancial. No entanto, estes foram apenas casos relatados de atrocidades cometidas por povos indígenas contra povos indígenas e não incluem casos de violações de direitos humanos pelas forças de segurança.

Outra luta para os povos indígenas na Índia é o direito à terra. Há leis que proíbem a venda ou transferência de terras tribais para não-índios e a restauração de terras alienadas a proprietários de terras tribais. No entanto, essas leis ainda são ineficazes em grande número de tribos que viviam nas florestas tiveram seus direitos negados e as tribos continuaram a viver sob a ameaça de um despejo em nome da conservação da floresta e dos animais.

A situação das mulheres e meninas tribais na Índia continua sendo muito preocupante, pois elas são claramente privadas de muitos de seus direitos. Direitos coletivos e individuais são violados em espaços privados e públicos. Violência sexual, tráfico, assassinato e a violência estatal, continuam sendo questões importantes.

República Islâmica do Irã

Questão LGBT:

O Irã, assim como outros 70 países, criminaliza a homossexualidade em seu território. Ser LGBT no Irã é uma tarefa de sobrevivência, pois qualquer relação sexual fora de um casamento heterossexual é proibida. Indivíduos que praticam atividades sexuais com alguém do mesmo sexo podem ser punidos com prisão, castigo físico ou até com a morte.

Já quando se fala da identidade de gênero, o país asiático legaliza a mudança de sexo e oferece cirurgias de redesignação sexual, pois segundo o governo, “a transexualidade é uma doença que pode ser curada, ao contrário da homossexualidade”. Contudo, não quer dizer que os transexuais são tratados de forma positiva, pois apesar da possibilidade da “transformação”, esse grupo não possui proteção de discriminação por parte do estado e suas condições são tratadas como tabu pela sociedade.

Inclusive, percebe-se que muitas pessoas homossexuais, utilizam da cirurgia e da mudança legal para poderem estabelecer suas relações afetivas e sexuais e não serem julgadas, mas mesmo assim sofrem devido a condição de transgênero.

Na questão da educação sexual, o tema não é levado às escolas devido a todo o preconceito e discriminação para com a diversidade sexual.

Questão da desigualdade de gênero:

A *sharia* é a lei islâmica que coloca as mulheres abaixo dos homens. É a lei vigente do Irã.

Eis algumas restrições impostas pela Revolução Islâmica de 1979. Até poucos anos atrás mulheres não podiam ter documentos de identidade. Hoje, elas, mesmo podendo se registrar, não podem dirigir automóveis. O testemunho de um homem só será invalidado em um julgamento, se as duas mulheres o desmentirem, segundo os princípios do Islã. O homem pode ter quatro esposas e pedir divórcio sem justificativas, enquanto, se uma mulher entrar com pedido de se separar, quase sempre ele será negado. Mulheres que cometem o adultério são condenadas à morte.

Na política, a desigualdade de gênero continua. Apenas 10% dos ministros de governo são mulheres e um em cada 10 funcionários de alta gestão pública são do sexo feminino.

República do Iraque

Questão LGBT:

Os LGBTs no Iraque apesar de suas práticas não serem consideradas ilegais, são submetidos a abusos e perseguições por parte de grupos de extermínio que agem com a conivência do governo, principalmente depois da chegada do Estado Islâmico.

O grupo das pessoas transexuais, por exemplo, além de não possuírem direitos, são constantemente submetidos a agressões e humilhações devido a aparência diferente causada pelo tratamento de hormônios.

Já na educação sexual, essa por ser um tabu, assim como em muitas outras sociedades muçumanas, não é tratada abertamente na sociedade e tampouco nas escolas iraquianas.

Questão da desigualdade de gênero:

O Iraque está entre as repúblicas com maior desigualdade de gênero do planeta.

Apesar de a constituição garantir direitos iguais entre homens e mulheres, a realidade se distancia dessa afirmação. Os direitos políticos vêm ganhando medidas do governo

para alcançar a paridade, ou seja, igualdade para todos. Há uma cota de 25% dos assentos parlamentares reservados para mulheres que, entretanto, dizem não terem realmente voz ativa dentro do sistema.

A violência e a pobreza são consequências da guerra que assola o país há mais de uma década. Centenas de mulheres e meninas passaram por momentos terríveis sob o comando do Estado Islâmico (ISIS) e sabe-se que 300 delas conseguiram fugir para países vizinhos e vivem como refugiadas depois de muito tempo sofrendo com torturas, abusos sexuais, agressões e escravidão.

Islândia

Questão LGBT:

A Islândia sem dúvidas é um dos melhores países quando se trata da questão LGBT. O país asiático além de oferecer direitos essenciais para essa população, como o matrimônio e a adoção por parte de pessoas do mesmo sexo, protege quaisquer discriminações contra a sexualidade e a identidade de gênero de um indivíduo. Tal proteção acontece em todas as esferas da sociedade, com enfoques e leis específicas em algumas, como na esfera do trabalho. O país em 11 de julho de 2018 aprovou uma lei que proíbe a discriminação no trabalho com base na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais.

A respeito da comunidade transexual, essa além de ser protegida da transfobia, possui o direito da mudança de identidade, feita ou não a cirurgia de redesignação sexual. Ademais, leis em prol da saúde e do reconhecimento transexual, estabelecem que o Hospital Universitário Nacional da Islândia deve possuir um departamento específico para a disforia de gênero e a cirurgia de redesignação sexual.

Na área da educação, muitos centros de ensino incluem a educação sexual, tal como a Universidade da Islândia, que organiza várias atividades sociais e discussões, afim de se conhecer mais a respeito da questão LGBT.

Questão da desigualdade de gênero:

A Islândia é, segundo o ranking de igualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial, o melhor país para ser mulher, ocupando a primeira colocação.

As creches são extremamente baratas, de modo que qualquer mulher pode seguir com sua carreira profissional, mesmo sendo mãe. A licença maternidade e paternidade duram nove meses: três meses para a mulher, três meses para o homem e mais três meses que podem ser divididos como o casal desejar. Os pais geralmente utilizam os três meses de paternidade, pois, se não o fizerem, há um julgamento social, como se ele não estivesse ajudando sua companheira.

70% das graduações são de mulheres, ainda que menores em áreas da engenharia e ciência.

405 assentos do Parlamento são femininos e 50% dos ministérios também; além de que a nação foi a primeira a eleger uma primeira presidenta, em 1980.

Na violência de gênero, 24% das mulheres relatam ter sofrido algum tipo de agressão física desde os 16 anos. Nenhum país do mundo conseguiu encontrar meios, ainda, para acabar com esse quadro de machismo.

Japão

Questão LGBT:

Em relações a muitos outros países asiáticos, o Japão é relativamente progressista acerca da questão LGBT+. Apesar de possuírem alguns direitos em certas cidades, essa população ainda não tem total igualdade jurídica no país. Leis anti-discriminação no trabalho, por exemplo, existem apenas em algumas cidades, como Tóquio. Além disso, em 2017 o ministério da educação adicionou os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero nas políticas anti-bullying, como uma tentativa de proteger os estudantes da LGBTfobia.

A respeito das pessoas transexuais no Japão, essas apesar de não serem protegidas legalmente, possuem o direito de mudar seu gênero. Porém, essa mudança só ocorre após a cirurgia de redesignação sexual, tornando-se um problema pra quem não queira fazer ou não tenha condição.

Por fim, a educação sexual nas escolas japonesas é tratada normalmente, porém não como uma matéria específica, mas sim nas aulas de educação física.

Questão da desigualdade de gênero:

A desigualdade de gênero no Japão é bem maior se comparada aos demais países desenvolvidos, ficando com 114ª colocação.

Apesar de o país oferecer todo tipo de recursos para as mulheres que desejam ser mães. O governo envia todo tipo de benefícios desde o pré-natal ao parto e, caso contribua com o Serviço Nacional de Saúde recebe até um retorno financeiro. Durante a infância, a mãe recebe trimestralmente uma quantia em dinheiro por cada filho que possui até os 15 anos de idade, e o capital é ainda maior se a mulher for mãe solo ou viúva ou se a criança possuir uma deficiência. O aborto é legalizado apenas em casos que oferecem risco a saúde física ou psicológica da mãe ou em casos de dificuldades financeiras.

O número de assassinatos no país é quase zero. Mesmo assim, a violência doméstica é uma problemática bem preocupante. Em resposta aos índices alarmantes, em 2011, o governo criou leis que protegem a segurança feminina, fazendo com que o número de denúncias crescesse em 46% e a procura por ajuda em centros especializados também. No entanto, as estatísticas ainda apontam que 26% das japonesas já levaram um soco, chute ou empurrão de seu parceiro, 14% foram obrigadas a fazer sexo e 18% já sofreram abuso psicológico. Outra pesquisa afirmou que 60% dos homens já relataram terem batido em suas companheiras e o número de estupros com menores de idade aumentou 80%, em 2016.

As mulheres ocupam 9% dos cargos públicos de alto escalão e diretorias, além de representarem apenas 22% dos ministérios.

Questão Indígena:

O governo japonês adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, embora não reconheça o direito incondicional à autodeterminação e não tenha ratificado a Convenção 169 da OIT.

Okinawans e Ryūkyūans são os povos indígenas das ilhas Ryūkyū, que compõem a atual prefeitura de Okinawa no Japão. A ilha abriga 1,1 milhão dos 1,4 milhão de habitantes de Okinawa que vivem nos Ryukyus. O governo japonês não reconhece esses povos como indígenas e um dos principais e duradouros desafios para os habitantes de Okinawa é a luta pela terra.

Nova Zelândia

Questão LGBT:

A Nova Zelândia é conhecida pela cultura receptiva e amigável. Isso também se reflete nas relações do país com a comunidade LGBT. O país é considerado um dos melhores quando se trata desse público. A existência de leis que garantem amplos direitos possibilita a boa vida para as pessoas LGBTs. Os casos de LGBTfobia existem como no mundo todo, porém muito despercebidos devido as pequenas taxas, uma vez que a população em geral apoia a população LGBT.

Quando se tratada das pessoas transexuais, a condição é igual, elas possuem amplos direitos, como a proteção e o direito de mudar seu gênero de acordo com a sua identificação pessoal.

A educação sexual na Nova Zelândia é de grande excelência, principalmente nos assuntos da sexualidade humana.

Questão da desigualdade de gênero:

A Nova Zelândia ocupa a posição de 10º lugar no índice de igualdade de gênero realizado com 145 países. A história de emancipação feminina começou bem cedo, em 1893, a nação se torna a primeira do mundo a conceder o direito do voto para as mulheres. Atualmente, dos funcionários públicos, 42% são do sexo feminino, bem como 33% dos ministros do governo. A primeira-ministra também é mulher, Jacinda Ardern.

Na escolarização, 61% da população feminina possuem curso superior, mas, mesmo assim, elas recebem 12% a menos exercendo a mesma função. O sistema de saúde também é de qualidade, sendo registrado que, a cada 100 mil nascidos vivos, há apenas 11 óbitos nos partos; além de que o aborto é permitido até à 20ª semana de gravidez e, depois das 20 semanas, se prejudicar a saúde da mulher. A regulamentação requer que o aborto após as doze semanas de gestação tenha de ser realizadas em "instituições licenciadas", normalmente hospitais.

Mesmo com tantos benefícios, segundo o jornal New Zealand Herald, o país possui uma das maiores taxas de violência doméstica do mundo, chegando a 525 mil casos

anuais, dos quais 80% não são denunciados; tudo em uma população inferior a cinco milhões de pessoas. Em prol de amenizar esse cenário e dar suporte as vítimas, a Nova Zelândia aprovou uma lei que dá o direito as mulheres que sofreram violência doméstica tirem uma licença de até 10 dias do trabalho. Esse tipo de abuso faz com que o país gaste de quatro a sete bilhões de dólares por ano.

República Islâmica do Paquistão

Questão LGBT:

O Paquistão faz parte dos países que ainda criminalizam as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. No país, as questões LGBTs são tratadas como tabu e as pessoas homossexuais e bissexuais têm que ser discretas sobre sua orientação sexual. Já a respeito da identidade de gênero a situação é diferente. Devido a uma forte cultura de Hijras, personagens transexuais, na Ásia, a transgeneridade é aceita em muitos países do continente, tal como o Paquistão. No país as pessoas transexuais possuem proteção amplos direitos essenciais, como a de mudança de gênero. A educação sexual não é uma realidade no país.

Questão da desigualdade de gênero:

No ranking de desigualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial, o Paquistão ocupa a 144ª colocação na classificação realizada com 145 países, em 2015. O país é regido por uma ordem patriarcal que vê a mulher como uma propriedade. Até o casamento ela é pertencente à família e depois passa a ser propriedade do marido. Caso ela não cumpra com o papel que lhe foi destinado, corre o risco de ser morta e se tornar vítimas do tipo de feminicídio chamado “crime de honra”. Apenas em 2014, foram registrados mais de mil casos de assassinatos de mulheres com essa justificativa, dentro do âmbito que as autoridades têm conhecimento. As mulheres não possuem liberdade para sair à rua desacompanhada de um homem da família e são impossibilitadas de pronunciarem-se em público, em locais em que o Talibã ainda possui influência e domínio, tendo destruído as escolas que as mulheres costumavam frequentar; 62 mil meninas estão sem acesso à escolaridade mínima. Nessas regiões, até o acesso a saúde é debilitado e as mulheres, por mais graves que estejam suas situações, não são atendidas sem a presença de um homem. Grupos de partidos religiosos tentaram acabar com leis como a que condena o abuso sexual e a violência doméstica; legislação que, caso fosse aprovada, tiraria o país da posição de terceiro mais perigoso do mundo para mulheres, segundo uma pesquisa feita pela Fundação Thomson Reuters. Na política, o país foi o primeiro das nações muçulmanas a ser chefiado por uma mulher, Benazir Bhutto, que foi eleita primeira ministra em 1988. Apesar desse caso de representação feminina, o país, no quesito de grandes cargos de poder, possui menos do que um em cada dez funcionários do sexo feminino.

República do Paraguai

Questão LGBT:

O Paraguai hoje é um dos poucos países conservadores quanto as pessoas LGBTs. No país apesar das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo serem legalizadas, muitos direitos são ausentes, como o casamento, a adoção, e a proteção contra a LGBTfobia.

Acerca das pessoas transexuais, essas além de não serem protegidas da discriminação, não possuem a possibilidade de mudar de gênero e nome em documentos oficiais, pois o país proíbe tal condição. Porém, em outubro de 2016, o Ministério da Saúde Pública e Previdência Social aprovou a “Resolução 695”, que permitiu o uso do nome social por parte dos indivíduos transgêneros nos registros médicos, históricos e formulários, além do tratamento obrigatório aos pacientes transexuais de acordo com o nome que se identificam.

Na educação, o ensino sexual nas escolas é muito criticado pela sociedade e muitos países conservadores e religiosos que são contra a ideologia de gênero e assuntos sobre sexualidade.

Questão da desigualdade de gênero:

O Paraguai é um país relativamente atrasado nas questões de desigualdade de gênero, ocupando a 107ª posição no ranking organizado pelo Fórum Econômico Mundial.

Os direitos reprodutivos não são garantidos pela constituição, o que torna o aborto proibido, salvo casos em que a saúde da mulher está em risco; mesmo assim, a interrupção da gravidez ilegalmente é a terceira maior causa de morte no país.

O país aprovou uma lei, em 2018, que condena e tipifica o feminicídio e a violência obstétrica, cometida contra gestantes ou na hora do parto. O número de assassinatos de mulheres chegou a 45, em 2015, apesar de o governo não estabelecer dados oficiais.

Na política, uma lei que estabelece 50% de ocupação de cargos no governo para mulheres foi proposta pelo Senado e vem sendo debatida. Atualmente, apenas 8% dos ministérios possuem mandatos femininos.

Questão indígena:

O Paraguai vota a favor da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígena em 2007. De acordo com o terceiro Censo Nacional de População e Habitação para Povos Indígenas, em 2012, 117.150 pessoas que vivem no Paraguai, ou 2% da população paraguaia, se identificam como indígenas.

Embora os povos indígenas do Paraguai façam parte da grande diversidade e riqueza cultural do país, eles também são vítimas de discriminação sistemática e estrutural do Estado e da sociedade não-indígena. Nesse sentido, eles representam a população

mais pobre, excluída e marginalizada do país, e todos os direitos humanos dos povos indígenas - civil, cultural, econômico, social e político - são violados e enfraquecidos constantemente. Esta situação ocorre principalmente através da invasão, destruição e expulsão de suas terras tradicionais e territórios ancestrais, onde vivem suas vidas e onde sua visão de mundo, sobrevivência e práticas culturais estão profundamente enraizadas.

A violação dos direitos dos povos indígenas e a situação de discriminação devem-se, de fato, à assimetria do poder econômico do agronegócio em comparação com os povos indígenas. Ainda outro fator fundamental é que o estado está ausente na aplicação do controle que deve ser fornecido pelo Ministério da Justiça e do Trabalho.

República do Peru

Questão LGBT+: O Peru apesar de oferecer alguns direitos à comunidade LGBTQ+, como direito de proteção, trocar de gênero, doar sangue e servir abertamente o exército, carece de alguns outros, como adoção e casamento com pessoas do mesmo sexo. Além disso, a sociedade peruana é considerada relativamente hostil às pessoas LGBTQ+, devido fortemente aos costumes católicos, contudo essa situação vem se modificando de acordo com as tendências mundiais.

A respeito das pessoas transgêneros e transexuais, essas podem mudar de gênero sem a necessidade da cirurgia de redesignação sexual. Além disso são protegidas da discriminação em todos os setores da sociedade, como por exemplo, o trabalho.

Na questão do ensino sexual, esse vem sendo combatido recentemente por grupos contrários ao ensino da ideologia de gênero, o que dificulta a implementação de tal tema nas escolas peruanas.

Questão da desigualdade de gênero:

O Peru ocupa o lugar de 89º país no ranking de igualdade de gênero e o terceiro lugar da América Latina em representação política feminina, com 29% das cadeiras de seu Congresso ocupadas por mulheres.

O alto índice de impunidade por violência é o que mantém o país tão embaixo na classificação; um terço das peruanas relatou já ter sofrido agressões por parte do marido ou companheiro e apenas 1% dos casos de estupro de 2013 foram julgados. A Comissão do Congresso Peruano investigou mais de 310 mil casos de esterilização, em 2002, mais de 90% deles de mulheres indígenas.

O analfabetismo é outra grande problemática, pois se estima que cerca de 40% das moradoras rurais não sabem ler ou escrever e, que, dentre essas, a maioria é falante do quéchua, uma língua indígena local.

Questão indígena:

Existem 4 milhões de indígenas no Peru, que são formados por 55 grupos que falam 47 idiomas. O Peru votou a favor da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas em 2007 e ratificou a Convenção 169 da OIT. No entanto, a população indígena do país ainda está lutando com atividades extrativistas, como derramamentos de óleo e plantações de dendê, em seu território.

Atualmente, 21% do território do Peru consiste em concessões de mineração, que são sobrepostas a 47,8% do território das comunidades camponesas. Da mesma forma, 75% da Amazônia peruana é coberta por concessões de petróleo e gás. Essa superposição de direitos a territórios comunais, a enorme pressão exercida pelas indústrias extrativas, a falta de coesão territorial e a ausência de consulta prévia efetiva estão exacerbando as preocupações territoriais e territoriais. conflitos socioambientais no Peru.

Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Questão LGBTQ+: O Reino Unido apresentou extremas evoluções quanto à questão LGBTQ+ ao decorrer da história. Os países integrantes (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte), passaram aceitar e oferecer direitos aos LGBTs a partir da década de 70 e hoje o Reino Unido é um dos melhores locais em relação às condições de vida desse público. Segundo pesquisas sobre os direitos LGBTQ+, feitas pela ILGA-Europa, em 2015 o Reino Unido recebeu a maior pontuação da Europa, com 86% de progresso em relação aos “respeitos dos direitos humanos e igualdade total”.

Na questão das pessoas transgêneros e transexuais, é possível mudar de gênero com ou sem ter feito a cirurgia de redesignação sexual. Contudo na Irlanda do Norte, essa mudança requer uma dissolução do casamento caso o indivíduo esteja casado, ao contrário dos outros países.

A educação sexual no Reino Unido já é uma realidade há cerca de 18 anos, porém de forma facultativa nas escolas. Com isso, o governo pretende incluir o ensino sexual de forma obrigatória nas escolas, a partir de setembro de 2019. Tal mudança dará um foco maior aos assuntos LGBTQ+, afim de diminuir casos de LGBTfobia nas escolas e formar cidadãos menos preconceituosos.

Questão da desigualdade de gênero:

O Reino Unido possui uma histórico de luta e resistência feminina, principalmente com o mais famoso movimento de mulheres da história as “Sufragistas”, que conquistaram o direito ao voto em 1918. De acordo com Serviço de Admissão de Faculdades e Universidades (Ucas na sigla em inglês), no parlamento inglês, um quarto da Câmara dos Comuns e um quinto da Câmara dos Lordes são compostos pelo sexo feminino.

Nos direitos reprodutivos as mulheres têm acesso a um sistema de saúde de qualidade, que lhes propiciam um parto seguro e alguns métodos contraceptivos. A taxa de mortalidade materna é de nove óbitos a cada cem mil nascidos vivos, entretanto o aborto não é legalizado dentro do Reino Unido.

A violência contra a mulher também é agravante no país. Segundo a ONG Women's Aid mais de 74 mil britânicas pedem ajuda nos serviços de apoio para abusos domésticos entre 2013 e 2014 e o país ainda possui uma média de 164 estupros por dia. Contudo, mesmo assim, o governo cortou gastos na área de apoio a vítimas de violência em torno de 31% de diminuição.

A mutilação genital feminina também tem aumentado dentro do país nos últimos anos, mesmo está tendo sido proibida por lei em 2003 e desde 2015 ser obrigatório todos os médicos reportarem a justiça qualquer caso. Em mais de seis mil mulheres foram identificadas o procedimento entre abril de 2017 e março de 2018. Na maioria dos casos a mutilação é realizada no exterior e em mulheres estrangeiras, porém, mais de 150 casos foram relatados de forma a terem se concretizado dentro do território.

Federação Russa

Questão LGBT+: A Rússia é um país bastante intolerante à comunidade LGBTQ+, tanto o governo quanto a sociedade possuem uma visão negativa desse grupo. A cultura conservadora do país faz com que todo comportamento diferente seja reprimido socialmente, logo os indivíduos LGBTs vivem escondendo sua sexualidade ou sua identidade de gênero, gerando consequências negativas em suas vidas. Ademais, essa população carece de diversos direitos, como por exemplo o direito de casar com pessoas do mesmo sexo.

A respeito das pessoas transexuais e transgênero, essas podem mudar seu gênero legalmente, após os procedimentos médicos correspondentes desde 1997.

O ensino sexual, apesar de não estar incluso na grade curricular das escolas russa, é apoiado por uma parcela significativa da sociedade, pois acredita-se que pode resolver a epidemia de Aids que se desencadeou na Rússia desde o fim da União Soviética.

Questão da desigualdade de gênero:

A Rússia é um dos países mais controversos quanto à questão de igualdade de gênero. Apesar de ser um dos pioneiros nos direitos reprodutivos, legalizando o aborto em 1920, – que perdura hoje podendo se realizar até a 12ª semana – a legislação contra diversos tipos de minoria causa caos.

As mulheres têm liberdade de escolha para exercer um curso superior, mas não significa que vão exercer a profissão, pois o governo possui uma lista de mais de 420 ramos e 38 áreas da indústria consideradas perigosas e nocivas a saúde feminina e que proíbe a sua realização pelo sexo feminino, mesmo com formação específica.

A Rússia ocupa a quarta posição no ranking de violência doméstica, principalmente depois de 2017 em que o presidente aprovou uma lei que despenaliza as agressões dos maridos desde que essas ocorram com o intervalo de um ano e não deixem marcas ou ossos quebrados. Além disso, para se acusar o homem, necessita-se que a própria mulher recolha as provas.

Questão indígena:

A Rússia não endossou a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, nem ratificou a Convenção 169 da OIT, mas ratificou igualmente a Convenção-Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais (FCNM) do Conselho da Europa.

Uma das principais lutas dos povos indígenas na Rússia diz respeito aos direitos à terra e aos recursos naturais. Em 2015, um artigo importante na legislação russa referente a esse assunto foi revogado. Os artigos estipulavam que em locais de residência tradicional e atividades tradicionais dos povos indígenas, as autoridades locais deveriam decidir sobre a “determinação prévia de locais para a colocação de objetos” com base nos resultados de reuniões ou referendos das comunidades indígenas e locais. Isso significa que as autoridades locais perderam a maior parte de sua influência legal em termos de proteção das terras indígenas contra incursões de empresas e outros usuários de recursos. Em 2015 e 2016, isso levou a vários casos de violações da posse da terra dos povos indígenas.

República Árabe Síria

Questão LGBT+: A Síria, assim como muitos países asiáticos, é extremamente LGBTfóbico, no qual ser homossexual é proibido e pode levar à prisão de até 3 anos ou mesmo execução em algumas partes do território. Em áreas comandadas pelo Estado Islâmico, a situação se agrava para os LGBTs. Todo esse cenário de ódio pode ser explicado pela cultura da religião islâmica, que não aceita a “sodomia”, ou seja, a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo.

Quando se trata dos indivíduos transgêneros, a tolerância é maior, e é oferecido a cirurgia de redesignação sexual. Contudo, essa população não é protegida da transfobia e não é incluída em nenhuma lei antidiscriminação.

O ensino sexual nas escolas sírias não é uma realidade.

Questão da desigualdade de gênero:

A constituição síria, apesar de garantir todas as oportunidades de forma equitativa para ambos os sexos. Contudo, há algumas contradições nessas leis, permitindo que assassinatos sejam encobertos ao serem classificados como “crimes de honra”.

Devido à guerra vivenciada pelo país há alguns anos, as condições dos civis são precárias e alarmantes. Das mulheres que sobreviveram ao conflito, muitas se tornaram chefes de famílias – uma em cada quatro famílias tem essa configuração - e vivem com medo de sofrerem violência. O abuso sexual se tornou uma arma de guerra, quando um documento da ONU revelou que os agentes do governo têm estuprado rebeldes e civis que os ajudam, principalmente mulheres e crianças como forma de punição. Ademais há relatos de funcionários de agências de socorro que violentam mulheres em troca dos serviços de ajuda humanitária, que deveriam ser oferecidos gratuitamente sem necessidade de “favores”.

Na síria, menos de um em cada dez funcionários públicos de alto escalão são mulheres, e 6% dos ministros de governo são mulheres. O aborto é completamente proibido no país, não importando o caso.

Confederação Suíça

Questão LGBTQ+: A suíça apesar de ser relativamente progressista quanto a questão LGBTQ+, não dispõe de plenos direitos para esta população. O casamento entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, é ilegal no país.

As pessoas transgêneros podem trocar de identidade legalmente de forma mais fácil que em alguns países, porém não existe ainda uma terceira opção de gênero. Além disso essa população é protegida da transfobia, e o agressor pode ser punido com 3 anos de prisão.

A questão da educação sexual na Suíça é tratada nas escolas de acordo com o nível escolar de cada jovem.

Questão da desigualdade de gênero:

A Suíça é um dos países com mais igualdade de gênero do mundo e sua constituição garante as mulheres a igualdade, direitos reprodutivos e direitos humanos, mas não dá garantia de direitos à participação política e à educação.

O país foi o último da Europa a conceder o voto feminino, tendo concedido-o em 1971 e, atualmente, as mulheres ocupam um espaço não muito grande no âmbito político, tendo uma participação de 32% no parlamento e apenas 10% nos postos executivos. Contudo, se no âmbito político os números não são satisfatórios, na educação, 95% das mulheres completaram o nível secundário de escolaridade.

A licença maternidade remunerada também foi tardiamente concedida, apenas em 2005, sendo o último país do continente europeu a fazê-lo. Apesar disso, a taxa de mortalidade materna é de cinco óbitos a cada 100 mil nascidos vivos e o aborto é legalizado sem restrição em todo o território.

Pelo menos uma em cada cinco suíças é vítima de ameaças, agressões ou abusos sexuais dentro de sua própria casa e quatro em cada dez mulheres sofrem com violência psicológica.

Reino da Tailândia

Questão LGBT+: A Tailândia, apesar de propagar uma imagem de tolerância à comunidade LGBTQ+ e ser vista como um paraíso turístico para casais do mesmo sexo, apresenta uma realidade bem distinta para a população local. “Que a Tailândia seja vista como um lugar acolhedor para os homossexuais não significa que suas leis sejam igualitárias. Por norma geral, a sociedade tailandesa, assim como os pais, não aceita a homossexualidade de seus filhos, e em alguns casos os expulsam de casa”, declarou à Agencia Efe Phatompong Serkpookiaw, ativista deste coletivo. A problemática expande-se para outras áreas da sociedade como escola e trabalho.

A respeito das pessoas transexuais, essas estão bastante presentes no entretenimento popular tailandês, programas de televisão e apresentações em casas noturnas, contudo sofrem devido à ausência de diversos direitos e da transfobia presente na sociedade. Ademais, apesar do país estar entre os destinos, mas populares para realizar a cirurgia de redesignação sexual, os transgêneros tailandeses não podem mudar de identidade legalmente.

O ensino sexual nas escolas é implementado quando se necessita combater a Aids e as gestações indesejadas.

Questão da desigualdade de gênero:

A Tailândia, mesmo possuindo uma posição na média das demais nações no índice de igualdade de gênero, proposto pelo Fórum Econômico Mundial, é uma das que mais tem avançado nessa questão, mas ainda existem muitos setores que precisam ser melhorados. O reino detém o recorde de segundo país com maior aceitação da violência contra a mulher. As tailandesas são aconselhadas a permanecerem em silêncio sobre suas agressões e a aceitarem a situação ao invés de procurarem ajuda. Existem, mesmo assim, campanhas apoiadas por mulheres influentes que incentivam as vítimas a denunciarem têm tomado cada vez mais espaço nas redes sociais. As prisões do país, incluindo as femininas, estão superlotadas e as mulheres do local mal recebem utensílios básicos como sutiãs e absorventes e são privadas dos direitos básicos de busca pela saúde.

As tailandesas só possuem uma representação de 4% dentro dos ministérios.

Em 2010, a Sociedade dos Direitos Humanos da Malásia, mostrou que havia 15 mil crianças casadas, mesmo a lei estipulando 17 anos como a idade mínima.

Questão indígena:

Embora a Tailândia tenha adotado a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, não reconhece oficialmente a existência de povos indígenas no país. Houve alguns desenvolvimentos para os povos indígenas do país, mas eles continuam a ser estigmatizados e desafiados, especialmente pela apropriação de terras pelo governo.

As concepções errôneas de que os povos indígenas são produtores de drogas e representam uma ameaça à segurança nacional e ao meio ambiente moldaram historicamente as políticas governamentais para os povos indígenas nas terras altas do Norte. Apesar dos desenvolvimentos positivos nos últimos anos, ainda está subjacente às atitudes e ações dos funcionários do governo.

República do Uganda:

Questão LGBT+: A Uganda é um dos 70 países do mundo onde é crime ser homossexual. No final de 2013, uma lei anti-homossexualidade foi aprovada no país, punindo gays e lésbicas com prisão perpétua. Contudo, devido a fortes pressões internacionais, o governo anulou a lei em 2014. Ademais, o LGBTfobismo em Uganda é muito presente, tanto que cenas de barbárie contra os LGBTs são comuns no território.

Os transtêneros, assim como toda a comunidade LGBT+ no país, carecem de direitos essenciais e vivem uma vida conturbada devido a transfobia, situação não enfrentada pelas pessoas cisgêneros.

A educação sexual nas escolas de Uganda não é uma realidade, porém há alguns grupos não-governamentais que ensinam sobre o assunto.

Questão da desigualdade de gênero:

O país está no 58º lugar do índice de igualdade de gênero, sendo uma posição relativamente pequena ao considerar os 145 países presentes nessa pesquisa.

A cada 100 mil nascidos vivos 343 mães morrem durante o parto ou após o procedimento. O aborto é ilegal em praticamente todas as situações e os métodos contraceptivos são de difícil acesso. Dentre as mulheres de 15 a 39 anos, 22% delas já sofreu violência sexual e de gênero no país, segundo um relatório oficial do governo.

Apenas três em cada dez funcionários de alto escalão são mulheres, bem como 30% dos ministros de governo.

Questão indígena:

A Uganda não adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e Convenção 169 da OIT, portanto, sua população indígena continua a viver com o empobrecimento, a exploração social e política e a marginalização.

Os povos indígenas de Uganda enfrentam desafios, especialmente em relação à falta de segurança na posse da terra e marginalização em termos de representação política, além das inúmeras violações dos direitos humanos como despejos forçados, violência e destruição de casas e propriedades.

República Bolivariana da Venezuela

Questão LGBT+: A Venezuela, apesar de oferecer certos direitos para a comunidade LGBTQ+, não permite muitos outros de grande importância para essa população, como o casamento e a adoção entre pessoas do mesmo sexo. Além disso, a grande crise econômica que vem assolando o país, causou forte impacto na vida das pessoas LGBTs, o que fez com que muitas migrassem para países vizinhos.

A Venezuela, recentemente aprovou a mudança de identidade e gênero, a qual exige diversos documentos por parte dos indivíduos interessados. Porém, em tempos de crise, tal mudança torna-se de difícil acesso, o que faz com que muitos transsexuais passem por problemas, como obtenção de alimentos nos mercados, pois alguns estabelecimentos estão exigindo máquinas de leitura biométrica para identificar o comprador. Além disso, a crise levou o aumento do tráfico de pessoas, incluindo pessoas trans.

A educação sexual obrigatória nas escolas venezuelanas não é uma realidade.

Questão da desigualdade de gênero:

Na Venezuela as oportunidades entre homens e mulheres estão na média entre os demais 145 países da pesquisa feita pelo Fórum Econômico Mundial.

A violência contra a mulher é um agravante ainda maior com a crise que o país vem sofrendo, já que 44% das famílias têm suporte de suas mulheres, pois são elas que enfrentam as filas enormes dos supermercados ou que levam os membros familiares a tentar consultas nos debilitados postos de saúde, cada vez piores com a crise, que desvalorizou a moeda, fazendo com que apenas um dólar valesse seis milhões de bolívares. De acordo com a ONU, a cada 100 mil mulheres 3,7 morrem. O Cepal constatou que 122 assassinatos de mulheres ocorrem por ano no país

O país possui a terceira maior licença maternidade do mundo, atrás apenas de Canadá e Noruega.

Na política as mulheres compõem 18% do parlamento, contudo, segundo o Ministério da Mulher e da Igualdade de Gênero, o número de prefeitas mulheres aumentou em 68%. A taxa de meninas e meninos que se inscrevem na escola é quase párea, sendo, respectivamente, 92,1% e 92,3%.

Questão indígena:

Os povos indígenas da Venezuela representam 2,8% da população nacional. A Venezuela adotou a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e ratificou a Convenção 169 da OIT. No entanto, os povos indígenas do país continuam lutando contra a falta de demarcação de habitats e terras indígenas, atividades ilegais de mineração e degradação ambiental.

Em 1999, a Constituição da Venezuela reconheceu o caráter multiétnico, pluricultural e multilíngue da sociedade venezuelana. O país também promulgou um conjunto de leis para desenvolver os direitos específicos dos povos indígenas, como a Lei de

Demarcação e Garantia do Habitat e das Terras dos Povos Indígenas (2001), a Lei Orgânica sobre Povos e Comunidades Indígenas (2005). e a Lei de Línguas Indígenas (2007), bem como várias disposições favoráveis encontradas em várias normas legais venezuelanas. O país também criou instituições dedicadas a supervisionar a formulação de políticas públicas em assuntos indígenas, como o Ministério do Poder Popular para os Povos Indígenas.

A demarcação dos territórios indígenas continua sendo o principal direito pendente de resolução para povos e comunidades indígenas da Venezuela. As disposições provisórias da Constituição obrigavam o Estado a demarcar os territórios indígenas em no máximo dois anos. No entanto, de acordo com vários relatórios de povos indígenas e comunidades, o número de terras fornecidas não ultrapassou 13% do total.

Organizações observadoras:

Anistia Internacional:

Anistia Internacional é uma organização não governamental que defende os direitos humanos com mais de sete milhões de membros e apoiantes em todo o mundo. O objetivo declarado da organização é "realizar pesquisas e gerar ações para prevenir e acabar com graves abusos contra os direitos humanos e exigir justiça para aqueles cujos direitos foram violados."

Em 1961, o advogado britânico Peter Benenson ficou indignado quando dois estudantes portugueses foram presos apenas por fazer um brinde à liberdade. Ele escreveu um artigo no jornal The Observer e lançou uma campanha que provocou uma resposta incrível. Reimpresso em jornais de todo o mundo, seu apelo à ação despertou a idéia de que pessoas em todos os lugares podem se unir em solidariedade por justiça e liberdade.

Questão de gênero:

A Anistia é completamente contra qualquer forma de discriminação e isso inclui a desigualdade de gênero. É a favor dos direitos reprodutivos e acredita que todos devem ter direitos de exercer sua própria autonomia. Pede também que os governos se mobilizem para acabar com os casos de violência doméstica, mutilação genital feminina, abuso sexual, estupro e feminicídio, destacando que os direitos humanos também se aplicam as mulheres.

Questão indígena:

A Anistia trabalha com os Povos Indígenas para desenvolver leis urgentemente necessárias para proteger suas terras, culturas e meios de subsistência. No nível internacional, os Povos Indígenas fizeram ouvir suas vozes e efetivamente pressionaram os governos. A Anistia os apoiou, por exemplo, no desenvolvimento da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007)

EqualityNow:

A EqualityNow é uma organização não governamental fundada em 1992 cujo propósito é, em suas próprias palavras, trabalhar "para a proteção e promoção dos direitos humanos de mulheres e meninas em todo o mundo". O grupo fornece uma estrutura internacional para difundir a conscientização sobre questões e fornecer apoio a grupos de base locais que trabalham para tratar de questões que o preocupam.

Os objetivos principais da organização são:

- Fazer campanha para a reforma de leis e práticas que discriminam as mulheres;
- Contribuir para a campanha global para acabar com a violência contra as mulheres;
- Promover a parceria igualitária das mulheres na tomada de decisões.

O EqualityNow é dedicado a criar um mundo mais justo para mulheres e meninas, combatendo a injustiça e a desigualdade onde quer que a vejamos. Os programas de trabalho abrangem quatro áreas principais, cada uma das quais aborda um aspecto fundamental da desigualdade, são eles: fim das práticas nocivas, fim do tráfico sexual, fim da violência de gênero e sexual e alcançar a igualdade legal.

HumanRightsWatch:

A HumanRightsWatch (HRW) é uma organização não-governamental internacional que defende os direitos de pessoas no mundo inteiro. Investigando detalhadamente violações de direitos humanos, eles expõem os casos que documentaram e se reúnem com governos, as Nações Unidas e grupos regionais como a União Européia e Africana para cobrar políticas públicas e práticas que promovam os direitos humanos e a justiça.

Questão de gênero:

A organização é contra todo e qualquer tipo de discriminação por questões de gênero e é a favor da legalização do aborto.

International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA):

O IWGIA é uma organização internacional independente e sem fins lucrativos, cuja organização central é endossar e promover os direitos dos indígenas do mundo. A ONG se concentra em defender os direitos à terra dos povos indígenas, promovendo a inclusão na ação climática e a participação nos processos de tomada de decisões locais e internacionais.

Referências bibliográficas

Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/artigos/empoderamento-sororidade-e-autonomia-das-mulheres> Acessado em 28/12/2018

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/cepal-autonomia-das-mulheres-e-imprescindivel-para-a-igualdade-de-genero/> Acessado em 28/12/2018

Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/autonomias> Acessado em 28/12/2018

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/> Acessado em 07/01/2019

Disponível em: <http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/direitos-reprodutivos> Acessado em 07/01/2019

Disponível em:

<http://acaoresponsavel.org.br/planejamentoreprodutivo/index.php/93-artigos/192-avancos-em-politicas-publicas-para-mulher-ii-forum-planejamento-reprodutivo-2> Acessado em 08/01/2019

Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/mais-de-55-das-brasileiras-com-filhos-nao-planejaram-engravidar.ghtml> Acessado em 08/01/2019

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44549368> Acessado em 08/01/2019

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rxm3tufdXvQ> Acessado em 10/01/2019

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jv7FWOmMU70> Acessado em 10/01/2019

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/saiba-como-identificar-os-tipos-de-violencia-contramulher-21195936> Acessado em 10/01/2019

Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/violencia-contra-mulher/> Acessado em 10/01/2019

Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/menores-de-15-anos-sao-forçadas-a-se-casar-a-cada-7-segundos/> Acessado em 10/01/2019

Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/22/internacional/1511362733_867518.html
Acessado em 11/01/2019

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/vice-chefe-da-onu-denuncia-pandemia-global-de-violencia-contra-as-mulheres/> Acessado em 11/01/2019

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-pede-fim-da-impunidade-para-a-violencia-de-genero/> Acessado em 11/01/2019

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/26/seis-mulheres-morrem-a-cada-hora-vitimas-de-feminicidio-por-conhecidos-em-todo-o-mundo-diz-onu.ghtml> Acessado em 11/01/2019

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-758-milhoes-de-adultos-nao-sabem-ler-nem-escrever-frases-simples/> Acessado em 16/01/2019

Disponível em: <https://www.coladaweb.com/geografia/civilizacao-islamica> Acessado em 16/01/2019

Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/religiao/religiao-opressao-contra-as-mulheres.htm> Acessado em 16/01/2019

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-divulga-estatisticas-abrangentes-sobre-as-mulheres/> Acessado em 16/01/2019

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/em-70-paises-meninas-sofreram-agressoes-por-querer-estudar-alerta-onu/> Acessado em 16/01/2019

Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/mulheres-votam-pela-primeira-vez-em-eleicoes-na-arabia-saudita.html> Acessado em 18/01/2019

Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Nota_Democracia-Paritaria_FINAL.pdf Acessado em 18/01/2019

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/confira-como-a-participacao-mundial-de-mulheres-nos-parlamentos-22337957> Acessado em 03/02/2019

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1918964-cotas-para-candidatas-mulheres-nao-bastam-indica-pesquisa.shtml> Acessado em 19/01/2019

Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,mulheres-afegas-vivem-a-sombra-das-tradicoes-tribais,326015> Acessado em 26/01/2019

Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,afeganistao-e-o-pais-mais-perigoso-para-mulheres-revela-estudo,732836> Acessado em 26/01/2019

Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/acesso-ao-aborto-legal-permanece-muito-desigual-no-mundo/> Acessado em 26/01/2019

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/casamento-infantil-no-afeganistao-cai-10-em-5-anos-segundo-unicef/> Acessado em 26/01/19

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/mutilacao-genital-feminicidio-assedio-sexual-mulheres-de-somalia-argentina-e-islandia-relatam-o-tipo-de-violencia-que-enfrentam.ghtml> Acessado em 26/01/2019

Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/internacional/2016/05/160426_mutilacao_genital_depoeimento_fn Acessado em 26/01/2019

Disponível em: <https://cepia.org.br/2010/03/30/mulheres-afegas-optam-pelo-suicidio-para-escapar-da-violencia-e-da-brutalidade-de-suas-vidas/> Acessado em 26/01/2019

Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/lei-no-afeganistao- protege-homens-que-violentaram-mulheres/> Acessado em 26/01/2019

Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/brasil-tem-menos-mulheres-na-politica-que-o-afeganistao/> Acessado em 26/01/2019

Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/mulheres-fazem-parto-confidencial-na-alemanha-uma-saida-para-gestacoes-indesejadas.ghtml> Acessado em 26/01/2019

Disponível em: https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra-2014-vaw-survey-at-a-glance-oct14_pt.pdf Acessado em 26/01/2019

Disponível em: <http://parstoday.com/pt/news/world-i15169-alemanha-enfrenta-grave-problema-do-analfabetismo> Acessado em 26/10/2019

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/como-e-o-acesso-ao-aborto-em-todo-o-mundo/> Acessado em 26/01/2019

Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/mortalidade-materna> Acessado em 26/01/2019

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/09/senado-argentino-rejeita-legalizar-aborto-no-pais.ghtml> Acessado em 26/01/2019

Disponível em: <https://www.indexmundi.com/map/?v=2223&l=pt> Acessado em 27/01/2019

Disponível em: <https://pplware.sapo.pt/informacao/australia-oferece-servico-de-aborto-por-telefone/> Acessado em 27/01/2019

Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2015/11/151118_100w_calculator_vj_2015 Acessado em 27/01/2019

Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf Acessado em 27/01/2019

Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/o-crescimento-da-violencia-contra-a-mulher-em-bangladesh/> Acessado em 27/01/2019

Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/asia/sobreviventes-de-ataques-com-acido-protestam-no-dia-da-mulher,844b77519f7da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> Acessado em 27/01/2019

Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/> Acessado em 28/01/2019

Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/especial-canada-e-o-melhor-pais-do-g20-para-mulheres-brasil-e-o-11,9ef89327b0cda310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> Acessado em 28/01/2019

Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/01/internacional/1459469465_370317.html
Acessado em 28/01/2019

Disponível em: <http://sousastour.com/curiosidades-do-chile/os-direitos-das-mulheres-no-chile/> Acessado em 28/01/2019

Disponível em: <https://sites.amnistia.pt/china/violencia-contra-as-mulheres/> Acessado em 28/01/2019

Disponível em: <http://www.cpadnews.com.br/universo-cristao/46274/violencia-contra-mulheres-no-conflito-armado-da-colombia-.html> Acessado em 29/01/2019

Disponível em: <https://observador.pt/2018/11/01/violencia-sexual-contra-mulheres-podera-ser-endemica-na-coreia-do-norte/> Acessado em 29/01/19

Disponível em: <https://www.koreapost.com.br/coreia-na-real/a-violencia-domestica-na-coreia-do-sul/> Acessado em 29/01/2019

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/dinamarca-tem-maior-indice-de-violencia-de-genero-na-uniao-europeia-12400777> Acessado em 29/01/2019

Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-04/dinamarca-se-prepara-para-centenario-da-participacao-das-mulheres-na> Acessado em 29/01/2019

Disponível em: https://www.swissinfo.ch/por/politica/dia-internacional-da-mulher_as-mulheres-su%C3%AD%C3%A7as-j%C3%A1-percorreram-um-longo-caminho--mas-ainda-enfrentam-discrimina%C3%A7%C3%A3o/43947522 Acessado em 30/01/2019

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/ha-100-anos-as-britanicas-conquistaram-o-direito-ao-voto.ghtml> Acessado em 30/01/2019

Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/07/05/mundo/noticia/milhares-de-casos-de-mutilacao-genital-feminina-no-reino-unido-1837044> Acessado em 30/01/2019

Disponível em: <http://alemdomar.com/a-mulher-e-a-igualdade-de-genero-na-nova-zelandia/> Acessado em 31/01/2019

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2018/09/19/nova-zelandia-comemora-125-anos-do-direito-ao-voto-feminino.htm> Acessado em 31/01/2019

Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,nova-zelandia-aprova-licenca-remunerada-para-vitimas-de-violencia-domestica,70002416869> Acessado em 31/01/2019

Disponível em: <https://www.brasileiraspelomundo.com/o-feminicidio-na-espanha-e-no-brasil-161064215> Acessado em 31/01/2019

Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/03/internacional/1543828526_382772.html
Acessado em 31/01/2019

Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/06/aborto-legal-e-violencia-domestica-permitida-como-sao-os-direitos-da-mulher-na-russia.html> Acessado em 01/02/2019

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/internacional/1542843589_775822.html Acessado em 01/02/2019

Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-07/em-honduras-90-dos-casos-de-feminicidios-nao-tiveram-punicao> Acessado em 01/02/2019

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-cobra-mais-esforcos-da-costa-do-marfim-no-combate-a-estupro-e-violencia-de-genero/> Acessado em 01/02/2019

Disponível em: <http://revistaopera.com.br/2017/06/28/ha-56-anos-cuba-vencia-o-analfabetismo/> Acessado em 02/02/2019

Disponível em: <https://www.jn.pt/mundo/interior/tailandia-proibe-o-casamento-com-menores-de-17-anos-10327104.html> Acessado em 02/02/2019

Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2018/09/09/sao-as-mulheres-as-que-mais-sofrem-na-crise-da-venezuela/> Acessado em 02/02/2019

Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/11/131108_islandia_mulher_fl Acessado em 03/02/2019

Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/mundo/africa/estudo-aponta-egito-como-o-pior-pais-para-mulheres-no-mundo-arabe_83c5e31952d42410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html Acessado em 03/02/2019

Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/02/27/mundo/noticia/mulheres-sirias-sao-vitimas-de-abusos-sexuais-em-troca-de-ajuda-humanitaria-1804632> Acessado em 03/02/2019

Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/relatorio-da-onu-aponta-uso-de-violencia-sexual-como-arma-na-siria-15032018> Acessado em 03/02/2019

Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Antifascismo/Paraguai-um-pais-atrasado-em-terminos-de-igualdade-de-genero/47/41911> Acessado em 03/02/2019

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/india-e-o-pais-mais-perigoso-do-mundo-para-as-mulheres/> Acessado em 03/02/2019

Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/what-we-do/> Acessado em 03/02/19

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Equality_Now#Goals Acessado em 03/02/2019

Disponível em: https://www.equalitynow.org/our_mission Acessado em 03/02/2019

Disponível em: <https://www.hrw.org/pt> Acessado em 03/02/2019

Disponível em: <https://imadr.org/about/> Acessado em 03/02/2019

Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2007/ga10612.doc.htm>

Disponível em: <https://justbuyessay.com/blog/indigenous-studies>

Disponível em: <https://tmwpng.wordpress.com/2007/04/23/culture-2/>

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-agronegocio-nao-aceita-perder-espaco-para-os-indios/>

Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-agronegocio-e-as-terras-indigenas-no-brasil/127554/>

Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/what-we-do/indigenous-peoples/>

Disponível em: <https://www.amnesty.org.au/how-it-works/what-are-indigenous-rights/>

Disponível em:

https://www.google.com/search?q=os+ruralista+manda+o+governo+obedece&biw=1366&bih=657&tbm=isch&source=lnms&sa=X&ved=0ahUKEwiDg6bai4LgAhVoGbkGHYvcBY4Q_AUICygC#imgdii=tGMpBeyvHJlsUM:&imgcr=VGEhEcqzq4IVQM

Disponível em: <https://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs326/en/>

Disponível em:

<https://www.pmc.gov.au/sites/default/files/publications/indigenous/Health-Performance-Framework-2014/tier-1-health-status-and-outcomes/105-circulatory-disease.html>

Disponível em: <https://www.paho.org/salud-en-las-americas-2017/?tag=sexually-transmitted-infections>

Disponível em: <http://www.bbc.com/future/story/20140804-sad-truth-of-uncontacted-tribes>

Disponível em: <https://www.unric.org/pt/actualidade/27161-os-povos-indigenas-sao-um-terco-dos-mais-pobres-do-mundo-e-sofrem-com-condicoes-alarmanes-em-todos-os-paises>

Disponível em: <https://www.iwgia.org>

Disponível em:

https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/DECLARACAO_DAS_NACOES_UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDiGENAS.pdf

Disponível em: http://nzetc.victoria.ac.nz/tm/scholarly/tei-Gov14_12Rail-t1-body-d9.html

Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=606:sau-de-indigena-situacao-de-saude&Itemid=685

Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/indigenas-na-cidade-pobreza-e-preconceito-marcam-condicao-de-vida>

Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/22/politica/1445509265_732696.html

Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contr-povos-indigenas_2015-Cimi.pdf

Disponível em: <https://hutukara.org/index.php/noticias/535-demarcas-terras-e-fundamental-para-diminuir-a-violencia-contr-os-povos-indigenas>

Disponível em: http://nzetc.victoria.ac.nz/tm/scholarly/tei-Gov14_12Rail-t1-body-d9.html

Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs/artigos/docs_artigos/indigena_constituicao_racismo_e_colonialismo.pdf

Disponível em: <https://anistia.org.br/o-brasil-e-ameaca-aos-direitos-dos-povos-indigenas/>

Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Report-Violence-against-the-Indigenous-Peoples-in-Brazil_2014-Cimi.pdf

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Povos_ind%C3%ADgenas_do_Brasil

Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/14/internacional/1489455260_830937.html

Disponível em:

http://www.aecid.es/ES/Paginas/Sala%20de%20Prensa/Noticias/2017/2017_08/D%C3%ADa-Pueblos-Ind%C3%ADgenas.aspx

Disponível em: <https://nativosdaamerica.wordpress.com/>

Disponível em: https://www.inpa.gov.br/noticias/noticia_sгно2.php?codigo=378

Disponível em: <https://www.progresso.com.br/variedades/genocidio-e-etnocidio-dos-povos-indigenas/42248/>

Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18517_8942.pdf

Disponível em: <http://revista.antropos.com.br/downloads/maio2012/Artigo2-Alcoolismocontextoindigenabrasileiro.pdf>

Disponível em: <https://vsu.mhc.wa.gov.au/media/1276/acpr-1.pdf>

Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/09/relatorio-cimi-violencia-contr-os-povos-indigenas-no-brasil-tem-aumento-sistmico-e-contnuo/>

Questão LGBT+:

Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/exclusivoweb/2018/11/lgbts-sao-preteridos-no-mercado-de-trabalho/>

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vBu04bisTZk>

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cylGiPM1lcg>

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/a-vida-e-a-morte-de-marsha-p-johnson-e-a-invisibilidade-trans/>

Disponível em:
<https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,transexualidade-e-biologico-e-familia-nao-deve-sentir-culpa,70002166336>

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vYKD5_iMVjA

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Travesti>

Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/luta-por-identidade>

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_sexual

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=186&v=p-cROBCpAWo

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Afghanistan

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Germany

Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/educa%C3%A7%C3%A3o-sexual-%C3%A9-lei-nas-escolas-alem%C3%A3s/a-46136026>

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_LGBT_na_Ar%C3%A1bia_Saudita

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Argentina

Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/content/deputados-argentinos-incluem-educacao-sexual-no-curriculo>

Disponível em:
<https://www.google.com/amp/s/www.terra.com.br/amp/noticias/mundo/oceania/australia-justica-reconhece-existencia-de-um-terceiro-sexo,896c1ad74c125410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>

Disponível em:
<https://www.google.com/amp/s/emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,escolas-na-australia-terao-aulas-sobre-igualdade-de-genero-e-orientacao-sexual,10000082603.amp>

Disponível em: https://en.m.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Canada

Disponível em: https://en.m.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Chile

Disponível em: https://en.m.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_China

Disponível em: https://en.m.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Colombia

Disponível em: https://en.m.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_North_Korea

Disponível em: https://it.m.wikipedia.org/wiki/Diritti_LGBT_in_Corea_del_Sud

Disponível em: https://en.m.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Ivory_Coast

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Cuba

Disponível em: <https://gz.diarioliberalidade.org/america-latina/item/167049-cuba-e-referencia-na-educacao-com-enfoque-de-genero-diz-orgao-da-onu.html>

Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572738-saiba-por-que-cuba-e-o-melhor-lugar-da-america-latina-para-as-meninas-irem-a-escola>

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/governo-de-cuba-remove-da-nova-constituicao-legalizacao-do-casamento-gay-23315247>

Disponível em: <https://www.brasileiraspelomundo.com/a-comunidade-lgbt-na-dinamarca-281628491>

Disponível em: <https://rainbow-europe.org/#0/0/0>

Disponível em: <https://wol.iw.org/pt/wol/d/r5/lp-t/101972040>

Disponível em: <http://moonbh.com.br/medo-e-perseguiacao-contragays-fomos-ao-egito-conferir-realidade-do-pais/>

Disponível em: <https://dadaegito.wordpress.com/2011/07/20/egito-saia-do-armario/>

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ffs24l74yJg>

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Spain

Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/17/actualidad/1547720922_159045.html

Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/namidia/1367/Lei+da+Identidade+de+G%C3%A9nero+aprovada+na+Espanha>

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ffs24l74yJg>

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Spain

Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/17/actualidad/1547720922_159045.html

Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/namidia/1367/Lei+da+Identidade+de+G%C3%A9nero+aprovada+na+Espanha>

Disponível em: <https://supercuriosos.com/na-franca-aulas-de-educacao-sexual-usarao-clitoris-3d/>

Disponível em: <https://observador.pt/especiais/educacao-sexual-como-se-faz-la-fora-e-com-que-resultados/>

Disponível em: <https://saopaulo.consulfrance.org/7-praticas-da-Franca-que-inspiram-o-mundo-no-combate-a-LGBTfobia>

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Honduras

Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/parlamento-de-honduras-proibe-adocao-para-casais-homossexuais/>

Disponível em: <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>

Disponível em: <http://alemdomar.com/e-seguro-ser-gay-na-nova-zelandia/>

Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/nova-zelandia-adota-classificacao-de-3-sexo-em-documentos,b346f10a9545f6aaebf8f7b258a878f1ah02RCRD.html>

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_India

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Diversidade_sexual_na_%C3%8Dndia

Disponível em: <https://webtudo.net/voce-sabia-que-na-india-os-transexuais-sao-sagrados/>

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Iran

Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/existem-gays-no-ira/>

Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/listas/terror-para-a-comunidade-lgbt-9-paises-onde-ser-gay-e-crime.htm>

Disponível em: <https://gay.blog.br/noticias/sexualidade/governo-do-ira-transexualidade-doenca-gay-isla/>

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Iraq

Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/os-10-paises-mais-perigosos-para-ser-gay/>

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Iceland

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_LGBT_no_Jap%C3%A3o

Disponível em: <http://traducao-japones.blogspot.com/2013/06/como-e-educacao-sexual-nas-escolas-do.html>

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Pakistan

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hijra>

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Paraguay

Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/ser-gay-e-considerado-crime-em-73-paises/>

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Peru

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_the_United_Kingdom

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Russia

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Syria

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Switzerland

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Thailand

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Venezuela

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/relacao-homossexual-e-crime-em-70-paises-mostra-relatorio-mundial.shtml?loggedpaywall?loggedpaywall?loggedpaywall>

Disponível em: <https://www.koreapost.com.br/conheca-a-coreia/educacao/melancolia-educacional-pt-ii-o-tabu-da-educacao-sexual/>

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_South_Korea